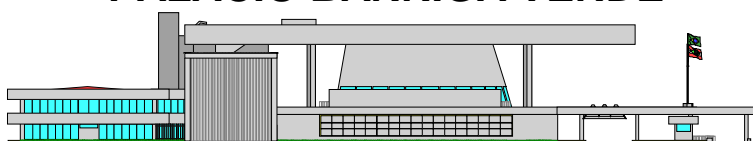


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 30 DE AGOSTO DE 2011

NÚMERO 6.324

17ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa  
MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS  
TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Chereim

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Dado Chereim - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Adilor Guglielmi  
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Ângela Albino  
Jean Kuhlmann  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Manoel Mota  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-  
Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente  
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente  
Ângela Albino  
Altair Guidi  
Jorge Teixeira  
Manoel Mota  
Daniel Tozzo

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**

Marcos Vieira - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice-  
Presidente  
Gilmar Knaesel  
Kennedy Nunes  
Jean Kuhlmann  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E  
ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente  
Ângela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Dado Chereim  
Ângela Albino  
Kennedy Nunes  
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
DO MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Ângela Albino - Presidente  
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente  
Sílvio Dreveck  
José Nei Alberton Ascari  
Manoel Mota  
Romildo Titon  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Volnei Morastoni - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Mauro de Nadal  
**Dado Chereim**

**COMISSÃO DE DEFESA CIVIL**

Kennedy Nunes - Presidente  
José Nei Alberton Ascari - Vice-  
Presidente  
Manoel Mota  
Aldo Schneider  
Dirceu Dresch  
Ângela Albino  
Dado Chereim

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;"><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p style="text-align: center;"><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XX - NÚMERO 2324</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 076ª Sessão Ordinária realizada em 24/08/2011 ..... 2 Ata da 024ª Sessão Extraordinária realizada em 24/08/2011 ..... 13 Ata da 025ª Sessão Extraordinária realizada em 24/08/2011 ..... 15</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa ..... 19 Atos da Mesa DL..... 20</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Atas de Comissões Permanentes..... 21 Extratos..... 24 Portarias..... 26 Redações Finais ..... 28 Resoluções ..... 32</p>
---	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darcy de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Reporta-se ao périplo do PMDB pelo estado.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Manifesta-se com referência ao aniversário de Chapecó.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Solidariza-se com a deputada Luciane Carminatti.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (aparte) - Parabeniza a deputada Luciane Carminatti pelo assunto abordado.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** (aparte) - Solidariza-se com a deputada Luciane Carminatti.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Refere-se à EEB Felipe Schmidt, de São Francisco do Sul; reporta-se à segurança pública no estado.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Tece considerações a respeito da matéria que a *IstoÉ* publicou no último final de semana.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Tece considerações à sessão solene em homenagem aos 60 anos da Buddemeyer; reporta-se aos dois projetos da Udesc.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (aparte) - Congratula-se com o deputado Silvio Dreveck.

**DEPUTADO DANIEL TOZZO** - Aborda tópicos de interesse da população catarinense; reforça a necessidade de atender à reivindicação dos representantes comerciais de SC; parabeniza o município de Chapecó.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Renova o apelo para que os deputados se dirijam ao plenário; coloca-se à disposição da Associação das Rádios Comunitárias.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Cumprimenta o deputado Romildo Titon pelo aniversário; expressa preocupação com a questão da BR-101.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** - Apóia as rádios comunitárias; discute a questão da ampliação das reservas indígenas.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** (aparte) - Critica atitudes da Funai com relação à ampliação das reservas indígenas.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (pela ordem) - Reporta-se ao fórum em defesa da Interpraia.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** - Registra a presença de Beto Michels, presidente da Creditapiranga.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** - Parabeniza secretários de Desenvolvimento Regional pelo empenho relacionado a obras necessárias em seus municípios.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jean Kuhlmann.

##### Ordem do Dia

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Propõe a retirada dos vetos do governo à LDO.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (pela ordem) - Manifesta-se a favor dos projetos da Udesc; apela para que os deputados se façam presentes em plenário.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (pela ordem) - Manifesta-se de pleno acordo com a votação dos dois projetos da Udesc.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Manifesta-se de pleno acordo com a votação dos dois projetos da Udesc.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Manifesta-se de pleno acordo com a votação dos dois projetos da Udesc.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** (pela ordem) - Solicita a todas as bancadas que votem favoravelmente aos projetos da Udesc.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Discute o PLC n. 0023/2011.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (pela ordem) - Encaminha votação ao PLC 0023/2011.

**DEPUTADA DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Encaminha votação ao PLC 0023/2011.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** (pela ordem) - Encaminha votação ao PLC 0023/2011.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** (pela ordem) - Encaminha votação ao PLC 0023/2011.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (pela ordem) - Encaminha votação ao PLC 0023/2011.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, Santa Catarina vive novamente dias de expectativa, uma vez que vários municípios começam a viver situações difíceis com as enchentes, com estradas interrompidas, com bueiros transbordando.

No planalto norte, região que represento, esse tipo de problema vem-se agravando, notadamente nos seguintes municípios: Três Barras, Major Vieira, Papanduva, Bela Vista, Monte Castelo, Irineópolis e Porto União. Mas se a previsão realmente funcionar, a partir de amanhã teremos uma melhora no tempo. E a Defesa Civil tem que estar atenta para absorver os pedidos de emergência e, *in loco*, verificar os problemas.

Também me reporto hoje ao meu partido, o PMDB, partido que se movimenta todas as semanas, todos os meses. Inclusive, temos uma reunião importante no planalto norte, com o presidente do partido, Eduardo Pinho Moreira, na quinta-feira, às 17h30, no município de Canoinhas, abrangendo os seis municípios, Porto União, Irineópolis, Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Três Barras e Major Vieira.

Nessa reunião regional que o presidente do PMDB realiza em todos os municípios do estado de Santa Catarina vamos começar a treinar os nossos futuros candidatos a vereadores, para quando ingressarem na política estarem aptos a realizar a sua missão política.

Temos a honra de receber o nosso presidente Eduardo Pinho Moreira também em Porto União e em Itaiópolis na sexta-feira pela manhã. Teremos a abrangência dos municípios da SDR de Mafra, Campo Alegre, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Papanduva, Monte Castelo, os quais estarão integrados nesse grande movimento partidário do planalto norte.

Quero também me ater à movimentação que acontece neste momento em relação às cirurgias eletivas. Estamos aqui falando num programa de cirurgias eletivas. O programa de mutirão é um programa de emergência que o dr. Dalmo Claro de Oliveira está muito bem conduzindo, e temos certeza de que essas cirurgias eletivas começarão a ser realizadas com mais profundidade, com mais

consistência, mas para isso há necessidade, sim, da negociação com os hospitais e com as entidades médicas.

Quero relatar aqui que as entidades médicas agora apareceram para negociar, e era isso que queríamos, ou seja, que as entidades médicas tomassem uma posição e defendessem os interesses dos médicos também nessa negociação, porque os hospitais, através do dr. Tércio Egon Paulo Kasten, também está negociando com o dr. Dalmo Claro de Oliveira.

Então, temos certeza de que o programa de mutirão já está acontecendo, conforme reunião da comissão de Saúde, na última quarta-feira, com o dr. Dalmo Claro de Oliveira, com o dr. Volnei Morastoni e vários deputados desta Casa. E vamos conseguir que exista um programa mensal de cirurgias eletivas para que não haja esse acúmulo, pois no momento existe esse acúmulo de anos anteriores. Vamos fazer com que as cirurgias eletivas no estado de Santa Catarina sejam um exemplo até para o Brasil, mas para isso deve haver a colaboração do governo federal.

Parece-me que a Emenda Constitucional 0029/2002 está tendo algum barulho no Senado Federal, em Brasília. Esperamos que essa Emenda Constitucional 0029/2002 seja aprovada, para que os R\$ 35 bilhões venham para a saúde. É isso o que mais precisamos. O governo estadual está fazendo a sua parte financeira, e queremos que o governo federal também faça a sua parte financeira não só na Emenda Constitucional 0029/2002, mas que reajuste a tabela do SUS para que os médicos, os hospitais, tenham condições de realizar melhor esses procedimentos, para que a nossa saúde melhore.

Os programas de saúde familiar que existem hoje no estado de Santa Catarina são muitos. Por isso o estado de Santa Catarina é um estado privilegiado em saúde. Mas imaginem os outros estados como Alagoas, Sergipe e assim por diante, onde realmente vemos barbaridade todos os dias na área da saúde.

Então, vamos fazer com que Santa Catarina realmente execute esse programa estadual de cirurgias eletivas, para que possamos modificar também a emergência em função disso, pois as cirurgias de hérnia inguinal, cirurgias de vesícula que podem complicar e virar uma emergência já não vai acontecer. Assim, fazendo o programa de cirurgias eletivas estaremos desafogando as emergências.

Temos certeza, presidente Moacir Sopelsa, de que o planalto norte também está na área agrícola, pois somos um município eminentemente agrícola. Somos o maior produtor de fumo do estado de Santa Catarina.

O município de Canoinhas é o maior produtor de fumo estado, posso dizer isso para vocês. E estamos fazendo reuniões, como fizemos na quinta-feira pela manhã, com a parte agrícola, com o setor agrícola da região, para vermos alternativas para o plantio de fumo. Essas alternativas vão desde a criação da produção de maçã, que já se faz no município de Monte Castelo, uma movimentação em termos da fruta, da pera, no município de Itaiópolis, do mel, que também faz parte da unidade familiar agrícola da nossa região, enfim, temos várias reivindicações. Precisamos que o setor agrícola olhe para o planalto norte em termos de calcário, neste momento importante em que vamos iniciar a plantação de milho e soja na nossa região. Temos que ter um aporte de calcário por parte do governo estadual, especial, para o planalto norte.

Temos a certeza de que o secretário João Rodrigues com a sua competência e a sua determinação irá olhar com carinho para o planalto norte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, inicialmente fazer a saudação aos membros da Abraço que tem o seu encontro no dia de hoje, aqui, na Assembleia Legislativa, em comemoração aos 15 anos de luta, de resistência, de perseverança e ao mesmo tempo de conquistas. Ao ver em muito dos nossos municípios, talvez não aquilo que se deseja, mas a presença das rádios comunitárias...

É um evento extremamente importante, porque ajuda socializar cada vez mais o conhecimento, o saber, as experiências locais, em cada uma das diferentes experiências que vêm acontecendo nos municípios de Casemiro, Mafra. E nosso amigo padre Antônio Taliari está em São Bento do Sul, buscando também socializar o conhecimento e buscar com certeza mais conhecimento para desempenhar melhor ainda a atividade do dia a dia.

Aos demais companheiros e amigos desejo que se sintam bem. Logo após termos um momento em que a coordenação da própria Abraço fará uma explanação, tentando contextualizar um pouco este momento tão importante de caminhada, de história. E, claro, ao mesmo tempo também pedindo o respaldo do Parlamento catarinense, no sentido de quem sabe garantir dentro do orçamento do governo do estado recursos para contribuir e ajudar nesse belíssimo e importante trabalho que se faz através das nossas rádios comunitárias em todo o estado e pais.

Feito esse registro, gostaria de mencionar que no extremo oeste de Santa Catarina existem boatos circulando no ouvido de um e de outro, e os nossos prefeitos de toda região têm me trazido uma preocupação sobre a possibilidade de a Celesc não mais manter os serviços nos municípios.

Os prefeitos ouviram esses boatos, tomara que não seja verdade, pois se isso acontecer, sem dúvida nenhuma os nossos municípios não terão condições de bancar toda a prestação de serviço, a manutenção da rede e fornecer a própria energia elétrica. Esperamos que de fato seja um boato e que não venha se confirmar algo nessa direção. Inclusive na tarde de hoje estou pedindo a colaboração dos srs. deputados para aprovarem uma indicação dirigida ao governo do estado e à Celesc, manifestando a preocupação de vários prefeitos da nossa região para que isso não venha a acontecer.

Gostaria de falar também que no final da semana que passou, juntamente com o deputado federal Pedro Uczai, realizamos várias audiências públicas em regiões diferentes, principalmente no oeste do nosso estado, mais propriamente em Mondai, Itapiranga e São Lourenço do Oeste, através da comissão de educação da Câmara Federal, quando discutimos junto à população a viabilidade, a possibilidade da instalação dos institutos federais nesses municípios.

Srs. deputados, houve um crescimento acentuado dos institutos federais, a partir do presidente Lula, em 2003. Registramos que até então existia uma lei que

proíbe a ampliação ou a construção de qualquer centro educacional de formação profissional. Com a vinda do governo do PT, do presidente Lula, iniciou-se uma expansão dos institutos federais. E Santa Catarina tem ampliado muito e em muitas regiões.

Sabemos da importância dos centros de formação em todo nosso estado e em todas as regiões do nosso país, facilitando de uma forma ou de outra a busca do conhecimento, da profissionalização, tentando se instrumentalizar para melhor desempenhar e atender às diferentes demandas de cada uma das nossas regiões.

Então, estivemos nesses três pólos. Estavam lá os nossos deputados Dirceu Dresch, Mauro de Nadal, Neodi Saretta, a deputada Luciane Carminatti, juntamente com secretários e prefeitos dessas diferentes regiões e outras lideranças, assim como educadores, educadoras e estudantes, fazendo essa discussão salutar, importante e estratégica, pois quando pensamos no desenvolvimento das nossas regiões a presença da escola profissionalizante extremamente importante. Pensar no desenvolvimento é pensar na qualificação do nosso povo, da nossa gente e, com certeza, através disso desempenhará uma função mais significativa e melhor.

Então, estivemos nesses três lugares com a participação extraordinária de diferentes segmentos de toda a nossa sociedade, desde pessoas mais jovens até pessoas da terceira idade, na discussão, juntamente com os estudantes, na esperança e na expectativa de poder ver implementado nessas regiões o instituto federal que vai possibilitar o aperfeiçoamento, a busca do conhecimento e da profissionalização das nossas pessoas, para melhor atender às diferentes demandas de cada uma delas.

Nós saímos felizes da atividade, diante da representatividade significativa. E, ao mesmo tempo, pudemos observar que o diretor de expansão do instituto federal, o Caio, abriu o horizonte para que concretamente exista a possibilidade da ampliação em cada um dos municípios do interior deste estado.

Portanto, mais uma vez, mostra-se a eficiência da política iniciada em 2003, com um novo presidente da República, que se continua buscando ampliar no sentido de oportunizar que mais pessoas possam receber capacitação, profissionalização e de fato contribuir nesse processo de desenvolvimento, bem como de elevação da própria autoestima de cada pessoa, porque o lado humano é extremamente importante e necessário. É importante valorizar o desenvolvimento, sim, mas com inclusão social, desenvolvimento humano, para que as pessoas possam se sentir cada vez melhor e parte do processo todo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Quero dar as boas-vindas à sra. Inês Fortes, da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, e aos demais membros que se encontram nesta Casa no dia de hoje.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, todas as pessoas que acompanham esta sessão, quero cumprimentar também, em nome da Abraço, a presidente Inês Fortes, desejando-lhe muito sucesso para que possamos também avançar na viabilização de políticas que fortaleçam as rádios comunitárias.

Quero, hoje, manifestar-me com referência ao aniversário do município de Chapecó, porque, amanhã, dia 25 de agosto, completamos 94 anos. Tenho orgulho de ser chapecoense e boa parte do tempo acompanho o crescimento de Chapecó. Considerada a capital brasileira da agroindústria, possui 183.530 habitantes, sendo a sexta mais populosa cidade deste estado.

A origem do nome Chapecó provém da palavra tupi *xapeco*, que significa lugar de onde se avista o caminho da roça. Também é importante dizer que a cidade é composta por populações vindas do Rio Grande do Sul, de etnia alemã, italiana e polonesa, bem como por muitos caboclos, que foram formando a composição étnica da cidade.

Temos uma marca forte, a agroindústria, que deu o tom do desenvolvimento e que hoje inclusive passa por uma grande transformação. Lá, produzem-se aves, suínos. Do ponto de vista econômico, a agroindústria continua sendo a atividade mais importante, mas hoje percebemos vários outros eixos de desenvolvimento. Quem passa por lá sabe que no ramo da indústria Chapecó produz desde máquinas pesadas, que são exportadas, como também têxteis, além de serviços, e que se tem transformado num grande pólo educacional e agrícola.

Quem conhece aquele município sabe que uma das grandes feiras que lá ocorrem é a Efapi. Inclusive, na próxima semana será lançada oficialmente nesta Casa a nossa Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial, que deu origem a um dos maiores bairros da cidade, que hoje abriga nada mais nada menos do que a Sadiá, a Aurora, a UnoChapecó e a Universidade Federal da Fronteira Sul, nossa última grande conquista.

Chapecó conta também com um aeroporto municipal, que atende a cerca de 15 mil passageiros/mês, sendo que quatro empresas lá operam atendendo às cidades de São Paulo, Brasília, Porto Alegre e Curitiba.

Há um setor que vai muito bem obrigada. Refiro-me ao setor hoteleiro, que conta com 33 empreendimentos e mais de 2.500 leitos, o que faz com que Chapecó tenha boas surpresas em termos de hotéis. Recentemente, inclusive, recebi uma correspondência de uma liderança do litoral dizendo-me que não imaginava que Chapecó tivesse hotéis de tão boa categoria.

Na verdade, o nosso município cresceu muito, está-se desenvolvendo a olhos vistos e já é conhecido como uma grande cidade de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputada Luciane Carminatti, permita-me somar-me às suas congratulações ao município de Chapecó, do qual tenho certa nostalgia, uma vez que lá passei três anos da minha infância. Seu desenvolvimento deve-se à visão e à determinação de seus pioneiros e daqueles que fazem a sua riqueza.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente e srs. deputados, a nossa cidade conta com duas emissoras de televisão de canal aberto, quatro estações de rádio FM e duas AM, três jornais diários, vários semanais, além de revistas e outros itens que caracterizam uma grande produção nessa área.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Parabenizo v.exa. por levar à tribuna essa homenagem a um grande município que é líder no oeste catarinense.

Sou oriundo de uma cidade vizinha, mas a cidade de Chapecó marcou muito a minha história política, até em função da nossa luta junto aos movimentos sociais. Chapecó é o maior pólo da agricultura familiar do Brasil e por isso é símbolo da resistência e da força de luta dos movimentos de mulheres, dos sindicatos e da Fetraf/Sul.

Muita gente escolheu Chapecó para morar, inclusive pessoas do sul do Brasil, porque veem naquela cidade oportunidade de uma vida melhor. Dessa forma, é muito importante, na passagem dos seus 94 anos, registrar nesta Casa todas as suas qualidades, os seus avanços, o seu crescimento e o seu potencial extraordinário.

Muito obrigado e sucesso aos chapecoenses!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputada, não poderia deixar de parabenizar v.exa., no momento em que homenageia a cidade de Chapecó, no oeste de Santa Catarina.

Aproveito a oportunidade para enviar ao povo chapecoense o nosso abraço, as nossas felicitações e que a cidade continue ajudando o nosso oeste a se desenvolver.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

É importante dizer que essa cidade construiu grandes lideranças para o estado todo. Como exemplo, cito o ex-deputado federal Cláudio Vignatti, uma liderança que continua viva e permanente em nossa memória como uma pessoa atuante, o nosso ex-prefeito José Fritsch, o hoje deputado estadual no Rio Grande do Sul Altémir Tortelli, que coordenou a Fetraf-Sul. Muitas outras lideranças construíram-se em nossa cidade, por isso a importância de se fazer esse registro.

As lideranças, obviamente, são resultado da construção do coletivo. E nesse sentido quero destacar a forte atuação dos movimentos sociais ligados ao campo, ao meio rural, bem como a própria organização dos movimentos sociais. E em Chapecó surgiu também o Movimento das Mulheres Camponesas. Então, faço o registro também da força que vem da organização popular, sindical e dos movimentos sociais. Mas não poderia deixar de dizer o quanto o município de Chapecó destaca-se no campo educacional. Temos hoje a Udesc, a UnoChapecó, a Unoesc, a UFSC, o Instituto Federal, o antigo Cefet, a Celer, a Unipar/Chapecó, ou seja, universidades públicas, comunitárias e privadas. E a nossa última grande conquista, que nos orgulha muito, é a sede da Universidade Federal Fronteira Sul.

Portanto, se o município souber organizar bem o seu futuro, planejar com participação, com uma gestão decente, séria, Chapecó de fato vai conseguir ser uma cidade que constrói bens, equipamentos públicos, mas também qualidade de vida e cidadania para o seu povo.

Não poderia deixar de falar também do Chapecoense, o furacão do oeste, deputado Daniel Tozzo, que nos orgulha muito e que recebeu o título em 2011 do Campeonato Catarinense de Futebol.

Temos muitos desafios a construir nessa virada de século. Faltam seis anos para

o primeiro centenário da cidade de Chapecó. E isso requer muito planejamento, muita ousadia, muito pé no chão e muito respeito aos moradores do centro da cidade e dos bairros, no sentido de que o município acolha todos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sra. deputada Luciane Carminatti.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, quero-me referir a dois assuntos. E o primeiro é com relação à Escola de Educação Básica Felipe Schmidt, do município de São Francisco do Sul. Nós apresentamos uma indicação solicitando ao secretário da Educação que fossem tomadas medidas urgentes para a restauração completa do prédio dessa escola.

Como o meu chefe de gabinete tem o hábito de *twitter* o nosso trabalho nesta Casa, recebemos de pronto a informação por parte do secretário da Educação de que as providências estão sendo tomadas para a restauração daquela escola. De qualquer maneira estamos dando entrada na Casa a esse pedido para que fique sacramentado o nosso desejo pela restauração daquela escola.

Fizemos um pedido há alguns meses para que o governo do estado desse atenção à iluminação da serra Dona Francisca, a SC-301, por onde passam, semanalmente, os deputados Antônio Aguiar e Silvio Dreveck, indo e vindo de São Bento do Sul. Inclusive, o deputado federal Esperidião Amin passou por lá e sentiu o mesmo drama que todos sentimos quando passamos nesta serra, ou seja, o problema da falta de iluminação. Aliás, foi o próprio Esperidião Amin, quando governador, que instalou as luminárias naquela serra.

Não sei se apresento um pedido de informação ou outra indicação, porque já houve uma indicação pedindo providências. Mas como não recebemos resposta, acho que vou apresentar um pedido de informação no sentido de saber o que vai ser feito com relação à serra Dona Francisca.

Meu principal assunto nesta tarde, sr. presidente e srs. deputados, é com relação à segurança pública neste estado. Sabemos que o problema é endêmico e que se alastra pelo Brasil afora.

No município de Joinville houve quatro fugas no mesmo presídio, em apenas cinco meses. E isso é um motivo de grande preocupação, até porque temos uma penitenciária ao lado do presídio em que, desde a sua fundação, nunca houve uma única fuga. Mas o presídio regional é a verdadeira casa da mãe Joana. Não sei como, mas facilmente cerram as grades, pulam os muros. E não se consegue colocar ordem naquele presídio ou pelo menos inibir a evasão de presos.

Ficamos analisando a situação. Sabemos que a situação no Brasil não é boa, mas hoje o nosso país está tranquilo pelo menos em relação aos demais países da América do Sul. Podemos falar com segurança que a estabilidade econômica, a estabilidade política no Brasil é infinitamente superior a de qualquer país da América do Sul. E, se compararmos principalmente a região sul do nosso país aos países da Europa, aos Estados Unidos, não ficamos devendo exatamente nada em termos de economia, de empregos e até de estabilidade política, em que pese a nossa presidente - como a nova inquilina, que pegou a

casa do inquilino anterior com vários problemas - estar tentando fazer uma faxina na sua casa.

A verdade é essa. A pedreira está grande em cima da presidente Dilma Rousseff. Mas essa pedreira toda ela recebeu do inquilino anterior. Está estourando tudo em cima dela. Talvez não tenha o jogo de cintura do inquilino anterior da casa para lidar com a situação. Ela é mais técnica e está sofrendo bastante com esses problemas todos.

O Brasil, com toda a estabilidade que possui, tanto econômica quanto política, hoje, sem dúvida nenhuma, é o melhor país da América do Sul. Mas o nosso problema de segurança não acompanha o mesmo patamar do desenvolvimento.

Com relação à questão da segurança pública, da criminalidade, da marginalidade, estamos iguais ou piores do que os países da América do Sul. E se estamos melhor economicamente, se estamos com o nível de desemprego bem estabilizado, dentro de padrões aceitáveis, se estamos com o país estável em nível político, estamos navegando, eu diria até, em águas mansas, se olharmos a turbulência que está ocorrendo no mundo. Mas a nossa questão de segurança está muito aquém de tudo que acontece por aqui. E aí pergunto? Por que será que está acontecendo isso? Por que a marginalidade toma conta de tudo a cada dia que passa?

Se fizermos uma reflexão sobre isso, vamos chegar rapidamente à conclusão de que é por conta da impunidade. A impunidade é que está levando e entusiasmando a marginalidade neste país; a certeza de que o marginal, depois de ser preso, poderá ser solto dali a três dias, quatro dias, uma semana depois. É o que chamamos o custo benefício da marginalidade. É o custo benefício da marginalidade! O indivíduo pensa, pois já é mau caráter por natureza, o seguinte: vou trabalhar para ganhar R\$ 700,00 ou R\$ 800,00 por mês, mas se der uma saída por aí com "três oitões" na mão pela manhã ganharei mais do que isso e à tarde faturarei mais ainda.

Então, ele chega à conclusão de que é preferível arriscar sabendo que poderá ser preso, levar uns tapas no ouvido, ficar dois, três dias preso, pois lá na frente estará de volta à rua para continuar com a peregrinação na marginalidade.

Eu acho que por conta disso e por conta também dessa afrouxada que foi dada no Código Penal, que em muitos casos de flagrante a pessoa acaba até não indo presa. Enfim, com toda essa frouxidão que estamos tendo na segurança pública, que a marginalidade está avançando de maneira assustadora em todos os quatro cantos deste país. Mas isso não é somente aqui, não é somente em Joinville, não é somente em Santa Catarina, é no país inteiro. E o problema também não é somente social, porque senão não estaria tão avançada a marginalidade por conta da estabilidade econômica, por conta da estabilidade de emprego e por conta da estabilidade política do país, comparando com outros países do mundo.

Estamos acima dos países da América do Sul, mas em nível de marginalidade estamos muito abaixo, e isso nos preocupa.

Então, é preciso que sejam tomadas providências na área, principalmente, do Poder Judiciário com relação às nossas leis, que são frouxas, impunes, que levam o elemento a continuar na marginalidade. Sem contar que os nossos presídios são verdadeiras universidades, onde os menores ficam, primeiramente, nos que chamo de CIPs, que é o segundo grau da marginalidade, e depois nos presídios, que é o

terceiro grau da marginalidade, porque é lá que aprendem a ser marginais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Passamos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, o primeiro minutos são destinados ao PT.

Sr. deputado Volnei Morastoni, antes de passarmos a palavra a v.exa., contendo com sua compreensão, quero informar que, conforme acordo de lideranças, suspenderemos a presente sessão por dez minutos para que o procurador-geral de Justiça, dr. Lio Marcos Marin, possa manifestar-se.

O acordo foi firmado através do seguinte requerimento assinado pelo deputado Darci de Matos e outros:

(Passa a ler.)

"O Deputado que este subscreve, com amparo no Ato da Mesa n. 227, de 14 de julho de 2011, que alterou o art. 109 do Regimento Interno, requer seja permitida a manifestação do Procurador-Geral de Justiça, Doutor Lio Marcos Marin, e da Promotora de Justiça, Doutora Priscilla Linhares Albino, a fim de apresentar o lançamento da 'Campanha Navegação Segura na Internet e Combate à Pedofilia em Meio Virtual', durante Explicações Pessoais da Sessão Plenária, do próximo dia 24." [sic]

Portanto, atendendo solicitação, suspendemos a presente sessão por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, gostaria somente de comunicar aos deputados que estão nos gabinetes que às 16h, no horário destinado à Ordem do Dia, serão tratados aqui projetos importantes para ser deliberados e que necessitam de quórum regimental. Temos o PLC que precisa de 21 votos, inclusive o projeto da Udesc.

Ao mesmo tempo, quero cumprimentar todos os amigos das rádios comunitárias que fazem um sucesso no interior levando a sua voz para lá.

(Palmas)

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até onze minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e pessoas que nos acompanham ao visitar esta Casa, quero saudar todos, dar um abraço aos que aqui estão e a todos que constroem essa associação brasileira, que são as rádios comunitárias e que na Explicação Pessoal farão uso da palavra para se manifestar desta tribuna.

Gostaria também de aproveitar a oportunidade para saudar o deputado Romildo Titon, nosso querido presidente da comissão de Constituição e Justiça, que está de aniversário hoje. É sempre um amigo, um companheiro muito querido por todos nós da Assembleia. Então, muita saúde, felicidade, desejando que continue sempre com sucesso.

Da mesma forma, quero aproveitar para registrar a presença, aqui, de três amigos meus de Navegantes, os srs. Wanderlei, Adriano e Arno. Sejam bem-vindos a este Poder, como todos que nos visitam e que acompanham a nossa sessão.

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, no horário do meu partido quero fazer considerações a respeito da matéria que a revista *IstoÉ* publicou no último final de semana com relação às articulações da ministra Ideli Salvatti e outras insinuações em relação ao nosso querido Eurides Mescolotto, que preside a Eletrosul, e também ao nosso querido companheiro João José dos Santos, que é diretor do DNIT em Santa Catarina.

Eu quero, antes de qualquer coisa, já dizer que essa matéria que saiu na revista *IstoÉ* não teve nenhuma repercussão nacional, nenhuma repercussão maior, nenhum acolhimento no Palácio do Planalto, pelo tratamento que a própria presidente Dilma dispensou ao caso, até pelas informações que a presidente pode dispor. E ela tem sempre informações privilegiadas.

Podemos dizer também que essa matéria não tem nenhuma consistência, nenhum conteúdo maior, é apenas uma fala, que é lugar comum, normal entre militantes e representantes de partidos políticos que realmente encaminham ou tratam sobre determinadas posições ou propostas para ocupação de cargos. E nesse caso a matéria trata, principalmente, de uma forma mais veemente, acerca do diretor do DNIT, João José dos Santos, figura por quem temos a maior estima, a maior consideração, o maior respeito, pela sua lisura, pela sua maneira zelosa de conduzir esse órgão em Santa Catarina.

Uma matéria como essa, no fundo, é fútil, pífia; é uma matéria que, como já disse, não aponta absolutamente nenhum crime, nenhuma irregularidade, na verdade. E não temos dúvidas quanto à sua postura, à sua lisura ao tratar as questões públicas, orgulhando-nos quando foi deputada estadual nesta Casa, senadora, ministra da Pesca e agora ministra na secretaria das Relações Institucionais.

O nosso querido João José dos Santos foi indicado, em 2003, por unanimidade, para esse cargo do DNIT. Sendo que quando estava iniciando o segundo mandato do ex-presidente Lula, que poderia ser normal substituí-lo, foi novamente indicado, por unanimidade, para continuar no cargo, pela forma correta e zelosa como tem conduzido esse órgão no estado. Inclusive, os outros partidos que compõem a base do governo e que também poderiam estar pleiteando esse cargo, e pleiteavam, ratificaram a continuidade do diretor João José, até para a continuidade da administração e das obras importantes que o governo federal vinha executando em Santa Catarina.

Por isso, quero dizer que tenho aqui em mãos a matéria da revista *IstoÉ* e também a nota de esclarecimento que a secretaria de Relações Institucionais emitiu à sociedade brasileira para esclarecer o assunto.

Também tenho aqui a nota de esclarecimento do DNIT, um manifesto da Associação dos Engenheiros do DNIT, uma nota emitida pelo próprio PR - Partido da República -, que tem estado, durante longo tempo, na base da condução da administração, no ministério dos Transportes e DNIT, e também uma nota do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, à imprensa.

Então, como eu falei, não há nenhum crime colocado. A matéria não aponta

absolutamente nada com fundamento e faz referência a uma articulação política em defesa da continuidade de João José no DNIT.

Acho que esse filme já vimos muitas vezes. Ao mesmo tempo em que a imprensa cumpre um papel fundamental, que defendemos, de poder, inclusive, no exercício pleno da democracia, exercer a fiscalização, fazer as denúncias necessárias e ser esse passaporte entre as instituições de poder e o povo brasileiro, também, muitas vezes, a imprensa passa dos limites ou, de uma forma vã, de uma forma sem consistência, também lança mão de matérias que acabam atingindo a honra das pessoas. E, como o próprio povo diz, depois que o saco de pena foi jogado lá da torre da matriz não é fácil recolher todas as penas e provar que aquilo não era bem assim, que aquilo não era verdade, que o enfoque era outro. Até porque, em relação às pessoas citadas na matéria da *IstoÉ*, na verdade não houve o contraditório. Mas até mesmo quando foi dado o contraditório, a matéria manipula e distorce o contraditório, ridicularizando o próprio direito à defesa que as pessoas têm. Tanto que a seu bel prazer a matéria fica fazendo ilações, colocando determinadas imagens. E na verdade uma coisa não tem nada que ver com a outra. As relações institucionais entre partidos ou entre dirigentes partidários... E se, de repente, na vida pessoal um desses dirigentes têm algum problema, isso tem que ser tratado de forma a não se misturar as coisas.

Por outro lado, a própria matéria também diz, em relação ao nosso diretor do DNIT, "incompetência reconhecida". Incompetência para a *IstoÉ*, porque durante todo esse período em que João José está à frente do DNIT, um engenheiro de carreira do ministério do Planejamento, conceituado, reconhecido, zeloso, não há sequer uma irregularidade que pese contra o nosso diretor. Tanto é que há uma nota da própria Associação dos Engenheiros do DNIT em Santa Catarina, antes, inclusive, desses fatos, no sentido de manifestar apoio à continuidade do engenheiro João José à frente do DNIT, por todo esse trabalho reconhecido ao longo de oito anos frente à superintendência, com extrema capacidade de liderança e mobilização da equipe técnica, conferindo participação plena dos servidores da casa nas decisões técnicas e administrativas.

Ainda ressaltar o seguinte:

(Passa a ler.)

"Todos os contratos do DNIT vêm sendo sistemática e exaustivamente acompanhados pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União, sem que tenha havido qualquer determinação de paralisação da obra por indícios de irregularidade ou responsabilização de agentes do DNIT.

Tendo em vista a crise deflagrada no ministério dos Transportes, com notícias distorcidas quanto às obras de duplicação da BR-101 em Santa Catarina, apresentamos documentação, notas técnicas e planilhas que tornam evidente a lisura de todos os aditivos contratuais realizados nos diversos lotes do trecho sul..."

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, srs.

deputados e sras. deputadas, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. já teve a oportunidade de nos prestigiar com a sua presença lá em São Bento do Sul, por ocasião da sessão solene realizada em comemoração aos 40 anos do Grupo Tuper.

No último dia 18, também em São Bento do Sul, realizamos uma sessão solene, cedida por esta Casa e autorizada por esta Mesa Diretora, para comemorar os 60 anos da Buddemeyer S.A.

Quero, neste momento, registrar os agradecimentos, inicialmente, aos nossos colegas deputados Reno Caramori, Antônio Aguiar e Darci de Matos, além do deputado federal Esperidião Amin. Entre as autoridades que lá se fizeram presentes, cito o presidente do BRDE e ex-deputado Renato de Mello Vianna. Mas quero fazer um agradecimento especial à presença de todos os colaboradores da Buddemeyer, dos convidados, amigos e parentes. Mais de 400 pessoas, deputado Reno Caramori, prestigiaram o evento lá em São Bento do Sul.

Também não poderia deixar de fazer um agradecimento especial aos servidores desta Casa. Para não cometer injustiça, não vou citar o nome de um ou de outro, mas vou, sim, agradecer, em nome da Assembleia Legislativa e da Buddemeyer, aos servidores da Casa, que não mediram esforços para que aquela sessão ocorresse da melhor maneira possível. E se não fossem os nossos servidores, deputado Reno Caramori, que trabalharam com dedicação total nos dias que antecedem à própria sessão solene, no dia da sessão e posterior à sessão, certamente não teríamos o brilho e a grandeza que foi a sessão solene em homenagem a essa empresa que representa para Santa Catarina oportunidades para as pessoas, tanto no campo do trabalho, quanto em negócios, que gera riquezas para todos nós e que contribui para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina e do Brasil.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Silvio Dreveck, somos prova ocular da felicidade que v.exa. sentiu no momento em que prestou a homenagem à Buddemeyer, uma empresa que orgulha Santa Catarina e muito mais São Bento do Sul e região.

Participamos da sessão e vimos a repercussão das pessoas que estavam prestigiando o setor empresarial em massa. Vimos também o seu prestígio naquela sessão, sendo que v.exa. foi altamente cumprimentado, elogiado e fez realmente o papel de um parlamentar responsável.

Por isso, quero cumprimentar v.exa. Eu participei da sessão e não tinha a ideia da grandeza que seria aquela homenagem, mas vi, no decorrer da solenidade, a importância do seu requerimento para a realização da sessão em homenagem àquela empresa.

Quero também fazer o registro de que eu já trouxe a lista telefônica para ver o nome dos alemães e vou começar a treinar a falar a língua alemã, porque não foi fácil pronunciar aqueles nomes alemães. Quando o sobrenome é Müller ou Schroeder, é fácil, mas se são nomes complicados, fica difícil pronunciá-los. E se v.exa. não estivesse ao meu lado, eu não sei o que iria fazer!

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Reno Caramori. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Fico muito

grato pela sua participação e, certamente, sobrenomes nem sempre são fáceis de serem pronunciados. Mas v.exa., como sempre humilde e respeitoso, conduziu com maestria a abertura da sessão.

Por outro lado, quero aproveitar a oportunidade para registrar também, com muita satisfação, já que estamos falando em comunicação e na sessão solene, a presença de todos que representam a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, em especial os catarinenses que atuam no ramo da rádio comunitária e que têm prestado relevantes serviços a nós, catarinenses, e, certamente, a toda população de Santa Catarina.

Então, parabéns pela presença e pela oportunidade que vocês dão a todos os catarinenses.

Ainda gostaria de fazer brevemente, deputado Manoel Mota - e v.exa. também participou da reunião da comissão de Finanças e Tributação hoje de manhã - uma referência a dois projetos que pretendemos que tramitem na Casa no dia de hoje, os quais dispõem a respeito da Udesc, a nossa Universidade Estadual de Santa Catarina. E há urgência nesses projetos por se tratar da implantação efetivamente agora do *campus* de Balneário Camboriú, mais precisamente na foz do Itajaí. E está dependendo apenas da aprovação desse projeto de lei aqui nesta Casa para que, efetivamente, algumas pessoas preencham determinados cargos. E o outro Projeto de Lei Complementar, o de n. 0033/2011, trata de uma atualização da remuneração dos nossos colaboradores da Udesc. E por que isso é importante e necessário?

Tenho uma experiência no nosso município de São Bento do Sul de antes da Udesc e depois da Udesc. E tenho acompanhado os debates sobre universidade, sobre o desejo de municípios, de regiões e, em especial, de colegas parlamentares que pretendem levar para as suas regiões a Udesc como universidade federal.

Podemos afirmar que a Udesc é uma universidade que representa credibilidade, qualidade e, acima de tudo, dá oportunidade ao nosso jovem de ingressar muito mais facilmente no mercado de trabalho, após a conclusão do curso ou mesmo no período em que está estudando na universidade, porque o mercado de trabalho tem o desejo de contratar alguém que se forma na Udesc.

Em São Bento do Sul, tivemos a oportunidade, quando prefeito, de ter lá primeiro a extensão e depois o *campus*. Por isso defendemos que aquelas regiões que ainda não têm o *campus* iniciem com a extensão e futuramente ampliem para o *campus*, porque não há dúvida de que traz o desenvolvimento para essas regiões que mais precisam do conhecimento. O conhecimento faz a diferença, e a Udesc tem essa qualidade e essa credibilidade. E por isso vamos fazer um esforço para aprovar os projetos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero fazer um apelo para que todos os parlamentares venham para o plenário, porque temos projetos importantes na pauta da Ordem do Dia. Inclusive, há dois projetos sobre a Udesc muito importantes e que precisam de quórum qualificado.

Então, faço um apelo a todos os parlamentares para venham ao plenário na Ordem do Dia para que possamos aprovar esses projetos e até em respeito ao relevante trabalho que a Udesc vem fazendo em Santa Catarina e que daqui a dois anos fará em Araranguá também, conforme esperamos.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, na mesma linha do deputado Manoel Mota, faço um apelo aos demais deputados que ainda estão nos seus gabinetes, já que precisamos de quórum qualificado para votar os projetos de implantação da Udesc, para que estejam conosco a partir das 16h.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Esta Presidência dá as boas-vindas ao sr. Sebastião Lopes Mello, reitor da Udesc, que está na Casa acompanhado dos demais membros. Sejam bem-vindos!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a ausência da representante do PCdoB, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Daniel Tozzo, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, visitantes que aqui estão, especialmente os que representam as rádios comunitárias e que fazem um belo trabalho no interior de Santa Catarina. Em muitos municípios esse é o único instrumento que há para divulgar rapidamente as ações inclusive desta Casa.

Gostaria de cumprimentar também todos os ouvintes da Rádio Alesc Digital e também o público que nos assiste pela TVAL.

Na semana passada, na companhia do deputado federal Jorginho Mello, estivemos visitando os municípios de Xanxerê, Xaxim, Coronel Freitas, Guatambu, Nova Erechim, Modelo, Chapecó, entre outros. Ele foi o relator do Projeto de Lei Complementar n. 0591/2010, que dispõe sobre a legislação das empresas que fazem opção pelo Simples. Esse é um projeto que iniciei com o ex-deputado federal Cláudio Vignatti e que agora foi dado sequência, sendo que o deputado Jorginho Mello foi o relator.

Realmente, feliz ficamos, porque as faixas mudaram em 50%: de R\$ 2,4 milhões foi para R\$ 3,6 milhões; de R\$ 1,2 milhão foi para R\$ 1,8 milhão; e de R\$ 120 mil foi para R\$ 180 mil. Mas, por outro lado, a grande reivindicação da classe dos representantes comerciais do estado de Santa Catarina é para que também possam estar no Simples.

Temos em Santa Catarina, apenas na Associação dos Distribuidores e Atacadistas Catarinenses, em torno de 8,5 representantes comerciais, sendo que 73% deles vivem com uma renda de R\$ 800,00 a R\$ 5.000,00 e pagam ISS, contribuição social, Imposto de Renda, contador, despesas de hotel, despesas de veículos, não possuem décimo terceiro, férias e não podem estar no Simples. Então, essa luta tem que continuar, e espero que no futuro os deputados federais e senadores consigam entender essa classe.

Quero também mandar um forte abraço ao pessoal de Maravilha, onde estivemos assistindo à formatura da Unopar, acompanhados do deputado Dirceu Dresch também. Foi uma formatura muito bonita, e

tivemos a oportunidade de ser homenageados pelo curso de Pedagogia. Fiquei muito feliz! Um abraço, parabéns e sucesso aos formandos nessa nova profissão.

No município de Xaxim, além da preocupação com a água, apesar de a Casan anunciar projetos de investimentos, há outra grande preocupação, e por isso fizemos documentos às secretarias competentes, ao Poder Executivo, no que diz respeito à segurança pública. É impressionante como aquela cidade tem sofrido, como a comunidade tem reivindicado nos últimos dias, participando de diversos eventos, inclusive, em praça pública, com a imprensa local batendo muito forte, a comunidade mobilizando-se e propondo-se a participar dos investimentos, se for o caso.

Estaremos novamente encaminhando documentos e exigindo da secretaria da Segurança Pública que realmente atenda àquele município que tanto merece.

Também me preocupa, na área da Educação, naquele mesmo município, a Escola Gomes Carneiro, que já recebeu visita de vários parlamentares, mas está numa situação precária e requer investimentos. E há outras escolas do grande oeste nessa situação, e algumas me surpreendem, onde o refeitório tem apenas o telhado, não há parede lateral sequer para proteção. Imagine, deputado Mauro de Nadal, com o frio que muitas vezes faz no oeste de Santa Catarina, as crianças ficam fazendo suas refeições sem proteção alguma contra o vento. Portanto, precisamos estudar isso com toda atenção.

Bom, quero parabenizar o deputado Neodi Saretta pelo Fórum do Esporte, lançado ontem nesta Casa, do qual tive a honra de participar, a convite do deputado. Quero dizer que realmente é uma ferramenta indispensável que aproxima essa classe que tanto faz para o bem social e também para a economia do estado de Santa Catarina, em parceria com diversas entidades empresariais, enfim, dentre tantos outros investidores que atuam no esporte em Santa Catarina.

Mas é uma iniciativa válida, parabéns deputado Neodi Saretta, com certeza esta Casa estará mais próxima do esporte em Santa Catarina e a população do estado colherá muitos benefícios.

Lembro, ainda, que esses são os anos mais importantes para o esporte no Brasil e acho que nada mais oportuno do que neste ano termos essa aproximação. E tenho certeza que vamos colher muitos frutos nessa caminhada.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar Joaçaba, que tanto reivindica um *campus* da Udesc, e isso foi comentado durante a visita do nosso reitor, Sebastião Iberes Melo, e outros membros da Udesc, e logo teremos novidades para o meio-oeste de Santa Catarina.

Parabenizo Herval do Oeste e Luzerna pelo aniversário dos respectivos municípios.

Nos minutos que me restam, gostaria de parabenizar de maneira especial o município onde nasci, o município que tem uma história de progresso, cujo crescimento começou no extrativismo, tirando madeira, depois passou para a agricultura e a pecuária. Refiro-me, é claro, ao grande município de Chapecó, que depois dessa fase recebeu as grandes agroindústrias de carnes e que recentemente tem na pecuária leiteira uma de suas grandes fontes de renda. Há que se destacar as indústrias do setor metalmeccânico, que hoje têm grande representatividade em nível nacional e são grandes exportadoras.

Gostaria de lembrar também, sr. presidente e srs. deputados, o setor hoteleiro, cujo desenvolvimento veio no bojo de toda essa grande expansão. Inclusive, o visitante que deseja hospedar-se na cidade tem que ligar com antecedência para fazer reserva, porque o índice de ocupação dos hotéis é bastante alto. O que isso mostra? Mostra o progresso, resultado do trabalho daquele povo empreendedor, que fez um grande ciclo, começando no extrativismo, passando pela pecuária e pela agricultura e chegando às agroindústrias e às indústrias de bens de capital.

Não posso deixar de citar, companheiros, o setor esportivo, no qual a nossa Chapecoense tem cinco títulos estaduais e representa muito bem o grande oeste catarinense. Espero, inclusive, que no próximo ano esteja na Série B do Brasileirão.

Chapecó está de parabéns, o chapecoense está de parabéns, porque quem construiu essa história de sucesso foi o seu povo, que contou, é claro, com a participação dos líderes políticos e dos governos municipal, estadual e federal.

Parabéns, Chapecó! Sinto-me muito orgulhoso de ser chapecoense!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, gostaria de fazer um apelo no sentido de que os deputados que se encontram nos gabinetes desçam para o plenário, porque temos na Ordem do Dia dois projetos de lei complementar de interesse da Udesc, de interesse de Santa Catarina, que necessitam de quórum qualificado.

Estou aqui premido pelo tempo, porque às 16h terá início a primeira reunião do grupo de trabalho constituído pelo governador para tratar das questões do Magistério, na qual, na condição de representante desta Casa, tenho que estar presente. Além disso, o reitor da Udesc se encontra nesta Casa, e como sou o relator dos dois PLCs, gostaria de dar o meu voto favorável antes de sair.

Assim, renovo o apelo para que os deputados se dirijam ao plenário, porque estamos quase na Ordem do Dia e ainda não há quórum suficiente para votar essas matérias.

Ao mesmo tempo, quero colocar-me à disposição da Associação das Rádios Comunitárias, pois sempre tenho procurado prestigiá-las e tenho tido espaço não somente em Braço do Norte, mas em todos os municípios que visito, pois são veículos de comunicação democráticos.

Como parlamentar, tenho certeza de que esta manifestação é a desta Casa, em favor de um instrumento democrático de socialização da informação e da comunicação de Santa Catarina, apesar das dificuldades.

Recebam, portanto, a solidariedade da bancada do PP, e sei que falo em nome do nosso líder, deputado Sílvio Dreveck, porque temos conversado muito sobre isso nas reuniões do nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Srs. deputados, aniversaria hoje o deputado Romildo Titon, a quem, em nome de todos os srs. deputados, cumprimento e desejo muita saúde, muita paz e que continue sendo esse grande amigo.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - O deputado Romildo Titon deve estar providenciando o convite para a festa que deverá ser encaminhado para cada gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo é destinado ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eminentíssimo deputado Moacir Sopelsa, líder da nossa bancada nesta Casa, quero cumprimentar o eminente deputado Romildo Titon, que presta um relevante serviço e que tem a sua vida marcada pelo trabalho, pela ética, pelo profissionalismo. Por isso, hoje é um dia de comemorações com os amigos, que devem ter orgulho do papel que ele faz no Parlamento em defesa da sociedade e do povo.

Por isso, parabéns deputado Romildo Titon, v.exa. merece com certeza mais 50 anos de vida para continuar fazendo essa revolução de trabalho, de ética, de profissionalismo, ajudando o povo da sua terra, o povo de Santa Catarina. Assim, quero cumprimentá-lo pelo papel ético, responsável e pelo tanto que tem feito pelo Parlamento e, com certeza, pelo meio-oeste catarinense.

Então, em nome da bancada quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo porque v.exa. merece mais 50 anos de vida para continuar esse trabalho ético, profissional que orgulha todos os seus amigos.

Quero aqui também cumprimentar a Associação das Rádios Comunitárias. E acho que está na hora de o Congresso Nacional acordar e fazer uma lei para que as rádios comunitárias que prestam serviços importantes, relevantes e que ajudam no desenvolvimento não sejam penalizadas como são, chegando a ponto de a Polícia Federal apreender os seus produtos, os seus equipamentos. Isso não dá para aceitar! É preciso que o Congresso Nacional pare e faça um projeto para que esse pessoal de rádio continue trabalhando. Eles merecem, porque fazem um trabalho importante, não têm o mesmo alcance de outras, mas alcança a comunidade muito bem. Por isso, o nosso reconhecimento. O Parlamento é solidário, evidentemente, com o movimento das rádios, com certeza, que marca em cada região um trabalho muito grande.

Também quero aqui, sr. presidente, dizer que são 20 anos de luta por uma obra que se fosse na roça já estaria, com certeza, pronta, que é a questão da nossa BR-101. Foram 14, quase 15 anos de luta permanente por uma obra que deveria ser concluída em quatro anos. Começou em 2004 e estamos em 2011. O ano de 2012 é o compromisso que o ministro assumiu, mas que ainda não nos deixa tão tranquilo, porque vejo que aquelas empresas que vinham trabalhando estão apenas nos elevados, não estão mais trabalhando na pavimentação, no asfalto. Além disso, nos gargalos, como o Morro do Formigão, em Tubarão, a ponte da Cabeçuda, em Laguna, o Morro dos Cavalos, em Palhoça, não vemos sequer um movimento. Parece que a ponte de Laguna já está licitada, mas os outros não estão. Sendo assim, o compromisso para 2015 não será cumprido.

É uma obra, que sabemos, em que foram feitos 12 aditivos e não foi concluída. Assim, há empresas que abandonaram a obra, como a de Araranguá, que abandonou o lote 29, mas não terminou o lote 26.

Por várias vezes, e os parlamentares sabem, falei que essa obra não foi construída com qualidade, que muitos trechos recuperados já baixaram. E por que aconteceu isso? Dizem que o asfalto não é bom, mas o fato é que não é esse o problema. O problema é a estrutura que não comporta os caminhões como o bitrem, o rodotrem. Esses tipos de caminhões transitam pelas nossas estradas e todos sabem. Então, não se pode fazer estrutura para passar apenas automóveis; têm que ser feitas estruturas para passar caminhões. E aí acontecem problemas e mais problemas.

Aqui foram feitas muitas críticas relacionadas ao norte do estado, porque a água parava em cima da pista, mas lá não vejo baixar o asfalto tanto quanto o da minha região. Dizem que o projeto é de primeiro mundo. O projeto é importante, mas a qualidade da obra parece que não está aquilo que esperávamos. Muitos trechos já foram recuperados, deputado Sílvio Dreveck, porque batemos muito em cima disso aqui. E tenho dito que daqui a pouco não vamos precisar de motorista de caminhão, mas apenas colocar um tijolo em cima do acelerador que ele vai sozinho, porque o asfalto está baixando muito.

Essa obra muito orgulhou o governo, que agora tem que fazer com que as empresas conclua os seus trechos. E os trechos com problemas devem ser recuperados com a melhor qualidade possível.

Venho lutando muito também pela conclusão da obra que liga Araranguá à BR-285, que também é federal, que abrange os municípios de Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja etc. Agora, faltam 25 km para serem licitados. Felizmente, saiu a licença ambiental, porque aqui no Brasil para tirar uma licença ambiental tem-se que rezar um responso.

Essa obra vai trazer um desenvolvimento muito grande, muito importante, que vai ligar a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e o Chile ao extremo sul de Santa Catarina. Toda a soja do Rio Grande vai vir para o porto de Imbituba. É uma obra importante, fundamental. Será o corredor do turismo do Mercosul. Ela precisa ser licitada. E esperamos que na semana que vem possamos ir a Brasília pedir ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, Edinho Bez, para marcar uma data. Ele havia nos dito que esperássemos um pouquinho até que os novos diretores do DENIT assumissem, em razão de tudo o que aconteceu, mas ainda não assumiram.

Por isso, este Parlamento vem dando resposta a cada instante. Estamos lutando, trabalhando e colhendo os resultados.

Quero aqui deixar um abraço ao deputado Romildo Titon. Parabéns!

Deputado Aldo Schneider, pode vir a esta tribuna, v.exa. que esteve em Brasília, ontem, com certeza, tem novidades para Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, inicialmente, gostaria de saudar todos os senhores e as senhoras e, de uma forma muito especial, os comunicadores das rádios comunitárias que fazem um extraordinário trabalho para as nossas



comunidades, principalmente as nossas comunidades interioranas. Somos oriundos de pequenas comunidades e sabemos da importância do trabalho que os senhores fazem frente ao seu trabalho.

Quero prestar a nossa solidariedade e o nosso apreço, mas acima de tudo, também, o nosso desejo de poder ser útil neste trabalho de radiodifusão que os senhores fazem de uma forma voluntária. Gostaríamos de saudar a todos e a todas e dizer que contem conosco e, principalmente, com este deputado.

Sobre a radiodifusão comunitária, este deputado, o deputado Jorge Teixeira e o deputado Peninha, fizeram um trabalho no alto vale, na nossa região, para buscar o apoio a todas as rádios que estão legalizadas. Dessa forma, acredito que todos os parlamentares podem ser úteis às suas bases, através do apoio cultural.

Gostaria de cumprimentar o nosso querido amigo, presidente da comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon, pela passagem do seu aniversário, desejando a s.exa. muita saúde. E com a inteligência que Deus lhe deu com certeza s.exa. tem muito a fazer por Santa Catarina e por esta Casa. Portanto, parabéns e em nome desta Casa, repito, desejo-lhe muita saúde.

Gostaria também de aproveitar este momento para fazer um relato aos nossos pares sobre a nossa viagem. Ontem, fomos convidados pela comissão de Agricultura da Câmara Federal para ser um dos expositores daquela sessão, que versava sobre o tema das demarcações de reservas indígenas no Brasil. E foi debatida essa questão durante muitas horas.

Infelizmente foram relatos absurdos praticados através do ministério da Justiça e Funai, citando um exemplo clássico conhecido de todos os brasileiros, que é a ampliação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, ontem fez dois anos da demarcação, deputada Luciane Carminatti, e a relato dos próprios agricultores que foram desalojados das suas propriedades, juntamente com índios, que moravam naquela propriedade na condição de índios e de produtores, sendo que a partir do desalojamento por parte do governo federal estes índios foram para a capital do estado, a cidade de Boa Vista, onde hoje todos indiscutivelmente estão vivendo na miséria, conforme relatou a revista *Veja*, no último dia primeiro de junho e também o documentário da TV Bandeirantes.

Fomos como expositores do estado de Santa Catarina, em especial do vale do Itajaí, onde temos uma reserva indígena. Até está sendo pleiteada a sua ampliação, desalojando exatamente quase 600 famílias. E se isso se confirmar daqui a alguns anos, deputado Mauro de Nadal, nós vamos tirar famílias que ao longo deste século construíram a sua propriedade, a sua renda, em pequenas propriedades rurais, com 40 hectares, 50 hectares, que com certeza vão virar mendigos e pedintes nas grandes cidades de Santa Catarina. É isto que o governo federal está pretendendo e pleiteando através dessas demarcações de terras indígenas no Brasil inteiro.

Ontem, ficou latente e claro que ampliar as áreas das reservas indígenas pura e simplesmente, sem um projeto de alta sustentabilidade para a comunidade indígena, não vai resolver nada, nem em Roraima, nem em Ibirama, nem em Cunha Porã, nem em Araquari, enfim, em lugar nenhum. É simplesmente uma decisão arbitrária por parte do ministério da Justiça que capitaneia a Funai

neste momento, porque a Funai é subordinada ao ministério da Justiça. E o argumento é feito através da Constituição Federal, que houve no passado uma convivência indígena numa determinada comunidade, e a partir disso os antropólogos da Funai alegam a necessidade de ampliação dessas áreas.

Então, quero deixar registrada uma cena lamentável que está ocorrendo em Roraima, e que vai ocorrer em todos os estados brasileiros, com isso que o governo federal está pretendendo.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputado Aldo Schneider, na verdade são irresponsáveis algumas atitudes que a Funai vem tomando em todo este país. E o nosso estado de Santa Catarina não é o único nesse caso. Temos vários estados que enfrentam essa problemática, onde as pessoas perderam a certeza de permanecer residindo naquilo que foi fruto do suor do seu trabalho, que foi a compra dessas áreas.

Por isso, defendo uma PEC que tramita no Congresso Nacional, que todo processo de ampliação ou de constituição de nova reserva indígena tem que obrigatoriamente passar pelo crivo do Parlamento, passar pelos deputados federais e pelo Senado Federal. E defendo que isto seja votado, porque é a única forma de resolver essa fome insaciável que a Funai tem de retirar pequenos agricultores de suas propriedades para ampliar terras que hoje se sabe não é tão necessário assim.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Acrescento a manifestação de v.exa. ao meu pronunciamento.

Concluindo a nossa linha de raciocínio, quero dizer que é lamentável, infelizmente, que tenhamos esse tipo de atitude por parte de órgãos governamentais, exatamente porque a partir do momento em que essas famílias são desalojadas das suas propriedades, terão como remuneração somente o equivalente às benfeitorias realizadas ao longo de décadas. E o valor com que a Funai ressarcir esses agricultores, são módicos, ou seja, não representam 5% do valor das benfeitorias da propriedade.

Por isso gostaria de, desta tribuna, deixar patenteadado, registrado nos anais desta Casa, a questão impropriedade que o governo federal, através do ministério da Justiça e da Funai, está realizando em todos os estados brasileiros no que tange à ampliação das reservas indígenas brasileiras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero instalar o fórum em defesa da rodovia Interpraias. Os srs. parlamentares já receberam o convite na tarde de ontem. Faço um apelo aos parlamentares para que, logo após o término da Ordem do Dia, possamos fazer a instalação do fórum. Nossa intenção é promover uma grande audiência pública com a presença de prefeitos e de mais de 500 empresários da área de turismo para que vejamos concluída a maior obra de Santa Catarina em termos de investimentos, que é a Interpraias.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Gostaria de registrar a presença de Beto Michels, presidente da Creditapiranga, a primeira cooperativa de crédito instalada em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até onze minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. e sras. parlamentares, amigos das rádios comunitárias que nos acompanham, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, inicialmente quero registrar que recebi, esta semana, a visita em meu gabinete do secretário Regional de Ibirama, Genésio Ayres Marchetti, e do secretário Regional de Blumenau, Lúcio César Botelho. E quero aqui tecer elogios ao trabalho do secretário Regional de Ibirama, que vem trabalhando de forma muito organizada pela região do vale norte, uma região de uma importância muito grande para o estado, e que vem, de forma muito determinada, lutando para incluir algumas obras importantes para aquela região no Orçamento do estado nos próximos financiamentos. Como exemplo disso, cito a ligação do alto vale com o planalto norte, passando pelos municípios de Santa Terezinha, Witmarsum, Vitor Meireles, enfim, atendendo justamente todos aqueles que vêm da BR-116 e têm que chegar à BR-470.

Quero parabenizar o secretário Genésio Ayres Marchetti, da mesma forma o secretário Valdir Cobalchini, que estão empenhados nessa questão, e tenho certeza, srs. deputados daquela região, de que a ligação do alto vale com o planalto norte é extremamente importante não somente para aquela região, mas para todo o estado de Santa Catarina.

Tenho certeza de que essa luta do secretário Genésio Ayres Marchetti, de todos os deputados daquela região e dos parlamentares do vale do Itajaí, é extremamente importante. E quero parabenizar a postura do secretário Valdir Cobalchini, que se colocou à disposição para estudar a inclusão dessa obra tão importante no próximo Programa BID VI, no próximo financiamento que o governo do estado deverá contrair com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Da mesma forma, quero registrar que hoje esteve em meu gabinete o secretário César Botelho, que veio em visita à Assembleia Legislativa. E quero dizer aos srs. parlamentares e a toda comunidade Blumenauense que realmente foi uma surpresa muito feliz porque o secretário vem trabalhando muito pela região de Blumenau, vem cobrando, vem reivindicando.

Prova disso é a coragem, a determinação de, nesta semana, assumir a conclusão da Delegacia Regional de Blumenau, uma obra que teve uma mudança de projeto no meio do caminho e por isso sofreu uma interrupção. A licitação tinha um valor determinado e por causa da necessidade de aumentar a área construída da obra, não havia mais recursos para sua conclusão.

O secretário César Botelho veio para Florianópolis, foi até a secretária da Segurança Pública, assumiu o compromisso que com a descentralização do dinheiro, deputado Ismael

dos Santos, ele iria coordenar a conclusão dessa obra, fazer um processo pela secretaria Regional e fiscalizar de perto, para que esta obra que é tão importante para o município seja realmente concluída.

Por isso, quero parabenizar a postura do secretário César Botelho, a sua determinação, coragem de demonstrar aqui justamente o que alguns dizem. "Será que vai sair? Será que não vai sair?", que é o empenho da descentralização dos R\$ 795.501,53, deputado Ismael dos Santos, para garantir a conclusão da obra da secretaria Regional de Blumenau.

Parabéns, secretário César Botelho, que teve uma postura decisiva, um trabalho firme e determinante para que esta obra realmente pudesse agora, com a licitação através da secretaria Regional, ser de uma vez por todas concluída.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, se v.exa. me permite, quero me somar à sua intervenção. Também recebemos no dia de hoje a visita do secretário Regional César Botelho no nosso gabinete e de fato já era hora. A comunidade blumenauense e do vale do Itajaí já não suportavam mais ver os tapumes naquela obra. E o segredo está aí, descentralizar.

Parabéns ao secretário e aos que apostaram num cronograma eficiente, rápido e ágil para uma solução da secretária Regional de Blumenau.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Não é só a questão, deputado Ismael dos Santos, da delegacia Regional de Blumenau. Existem outras intervenções que estão sendo feitas em conjunto. E dentro desse trabalho, tenho certeza de que v.exa. também, como deputado, o deputado Gilmar Knaesel, a própria deputada Ana Paula Lima, estão à disposição para ajudar o secretário Regional não só na questão da delegacia, mas também em outras questões.

Por exemplo, esteve visitando Blumenau na semana passada o secretário Valdir Cocalchini. Ele andou verificando algumas questões importantes na SC-474, com o distrito da Vila Itoupava, uma região que precisa não só da implantação de uma lombada eletrônica feita no local, mas também melhorar o acesso, melhorar o trevo para evitar acidentes e garantir mais segurança aos moradores da Vila Itoupava.

Assim, o próprio secretário e o Valdir Cocalchini tiveram a oportunidade de verificar a necessidade, de acompanhar, de conscientizar o governo do estado da importância do projeto de prolongamento da via expressa, que para o governo do estado é a futura SC-108. Uma rodovia nova, de aproximadamente 20 km, que queremos que seja incluída nesse financiamento do BID-6. Uma obra extremamente importante que vai desafogar o trânsito, criar uma nova rodovia. Vai permitir o desenvolvimento da cidade de Blumenau para a região norte. É algo extremamente importante à nossa cidade.

Somando esta obra que está sendo buscada do prolongamento da via expressa com a obra que está sendo feita pela prefeitura de Blumenau com recursos através de financiamento do complexo da ponte do Badenfurt, tenho certeza de que teremos dois novos eixos de desenvolvimento, algo extremamente importante para a cidade de Blumenau. E precisamos abraçar e trabalhar de forma

determinante, de forma decisiva, para que isso saia realmente do papel. Isso são obras que não pode ficar no papel, assim como o complexo da ponte do Badenfurt.

O prolongamento da via expressa, ou seja, a nova SC-108, tem um papel fundamental para o crescimento da cidade de Blumenau. E são obras como os corredores de ônibus que também estão sendo feitos que são obras importantes para o crescimento e desenvolvimento da nossa cidade.

Somado a isso outras ações que o próprio secretário vem encampando, estamos ajudando de alguma forma na nossa atuação parlamentar a buscar os recursos para finalizar a proteção da ETA-II, que foi interrompida pela catástrofe. Assim também como a obra de funcionamento efetivo do PI-V, na fortaleza, duas obras de contenção de cheias. Só a ETA-II atende a cerca de 70% das pessoas do município de Blumenau; a obra do PI-V atende a cerca de 25.000 pessoas que são atingidas pelas cheias, pelas inundações do bairro de Fortaleza. Enfim, acredito que o secretário César Botelho, juntamente com sua equipe, com os deputados estaduais, todos trabalhando em conjunto, teremos a realização dessas obras que são extremamente importantes à questão estrutural, para o desenvolvimento e o crescimento da cidade de Blumenau.

Blumenau é líder catarinense na geração de empregos, uma das cidades que mais gera emprego, deputado Ciro Rosa, v.exa. que foi prefeito sabe a importância disso numa cidade.

Nós tivemos recentemente a inauguração de um *shopping*, agora vamos ter a inauguração de mais um *shopping*. Blumenau em questão de meio ano recebeu dois *shoppings*, que juntos geram mais de 2.000 empregos diretos e indiretos, ou seja, há falta de mão de obra qualificada na cidade; existem vagas de trabalho que dificilmente serão ocupadas, e o crescimento da cidade é muito grande.

Por isso, essas obras estruturais do complexo viário da ponte do Badenfurt, nesse longo prolongamento da via expressa é outra obra extremamente importante não só para Blumenau. E quero aqui junto com os deputados Jorge Teixeira, Aldo Schneider e Jailson Lima, dizer que também é importante para todo o vale do Itajaí a questão da duplicação da BR-470. São obras fundamentais. E com a duplicação da BR-470 vamos poder permitir a explosão do crescimento de todo o vale do Itajaí, de toda a região.

Espero realmente que os comentários, os boatos, a intrigas que estão levadas em nível nacional não atinjam o cronograma da duplicação da BR-470. Essa rodovia não pode ser tratada como uma obra politipartidária, uma obra de uma pessoa só ou de um antipartidário, pois é uma obra para o vale do Itajaí, para Santa Catarina como um todo. E temos que nos preocupar nesse sentido.

Esperamos realmente que todos esses comentários com relação ao DNIT, ao ministério dos Transportes, à questão da infraestrutura do governo federal, deputado Dirceu Dresch, não afete os cronogramas das obras de Santa Catarina. E que realmente a presidente Dilma possa ter pulso firme e garantir a duplicação da BR-470, que é tão importante, porque o governo do estado fazendo o prolongamento da via expressa, o governo municipal executando o complexo da ponte do Badenfurt e mais obras estruturais, como por exemplo um convênio que foi firmado

agora com o Badesc de aproximadamente R\$ 30 milhões para fazer pavimentação de várias ruas do município...

Então, o município está fazendo a sua parte, o governo do estado está fazendo a sua parte na infraestrutura de Blumenau. Agora, precisamos que o governo federal também faça a sua parte, pois não adianta termos Blumenau na direção do crescimento, se a duplicação da BR-470 não ajuda e não sai do papel.

Tudo isso na cidade é importante, mas a duplicação da BR-470 é fundamental para fazer com que isso tenha o efeito que todos nós desejamos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Quero comunicar antes de iniciarmos a Ordem do Dia, que temos sobre a mesa um requerimento assinado pelo deputado Dirceu Dresch e pelos líderes solicitando a suspensão da sessão por até dez minutos, após a Ordem do Dia, para que possa se manifestar aqui a Associação Nacional de Radiodifusão Comunitária, que são os visitantes na tarde de hoje.

Então, após a Ordem do Dia vamos suspender a sessão por até dez minutos, para ouvirmos a sra. Inês Leodete Fortes Pereira.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Como ainda há tempo regimental, queria propor a v.exa. a retirada do veto do governo à LDO. Nós ainda temos tempo regimental para apreciar esse veto na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está deferido o pedido de v.exa.

Nós temos aqui dois projetos extrapauta. Quero consultar os srs. líderes para iniciarmos com esses dois projetos. Um é o Projeto de Lei n. 0023/2011, que altera o anexo II da Lei Complementar n. 0345/2006, que dispõe sobre o plano de carreira dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina. E o outro é o PL n. 0533/2011, que fixa o valor referencial do vencimento da mesma fundação.

Se pudéssemos iniciar por esses dois projetos?

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Gostaríamos de fazer um apelo no sentido de que se inicie por esses projetos que são importantes. Mas também fazemos um apelo para que os deputados venham ao plenário, porque precisamos de 21 votos.

Até pediria que fosse registrado o número de deputados que estão presentes aqui, para não correremos nenhum risco, e que se inicie pelos dois projetos que são importantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Manoel Mota, há quórum suficiente para podermos votar os projetos. Se não me falha a memória, 28 deputados estão presentes no plenário.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente!

Quero apenas registrar que nós estamos de pleno acordo quanto à votação desses dois projetos que são relevantes tanto para a Udesc como para Santa Catarina. E, como há quórum qualificado, estamos de pleno acordo em colocá-los em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, da nossa parte também, como já foi manifestado ontem, na comissão de Constituição e Justiça, e hoje de manhã, na comissão de Finanças, estamos de acordo ao encaminhamento dado por v.exa. para votarmos agora os dois projetos. Quero também anunciar e garantir a v.exa. que a nossa bancada está 100% presente.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Nós concordamos com o encaminhamento, sr. presidente, de antecipar o projeto da Udesc.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, a nossa bancada está de pleno acordo com a votação desses dois projetos por entender a relevância dos mesmos para a nossa universidade, que, sem dúvida alguma, se constitui num grande pólo de geração de tecnologia e ciência para a comunidade de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, a bancada do PSDB também se posiciona favorável a sua argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, srs. líderes.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Na verdade, sr. presidente, minha colocação até é redundante, mas a pedido do líder do governo, na condição de vice-líder, eu gostaria de solicitar a todas as bancadas que votassem favoravelmente, devido à importância da matéria.

Acho que não há dúvida alguma quanto a isso. Todas as bancadas já se manifestaram nesse sentido, mas, cumprindo um pedido do deputado Elizeu Mattos, gostaria de solicitar a todos, e faço ao mesmo tempo o pedido para os dois projetos, até pela relevância da matéria, que votem favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Em discussão o PLC n. 0023/2011.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, talvez até para agilizar, se não há outros deputados para discutir, eu gostaria de fazer algumas colocações.

Quanto à votação dos dois projetos, acho que é absolutamente tranquila, pois já passaram na comissão de Constituição e Justiça, na comissão de Finanças. Queremos reiterar isso, até porque esse PLC viabiliza a implantação do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí, com sede em Balneário Camboriú. Mas gostaríamos de destacar a importância da interiorização da Udesc e da sua ida, também, para o meio-oeste de Santa Catarina.

O reitor estava presente, está aqui presente e tem essa boa disposição. E diversos deputados também se manifestaram nesse sentido. Houve uma expansão muito grande do ensino superior em Santa Catarina, nos últimos anos. Ganhamos uma nova universidade, fruto de uma luta comunitária e social, a Universidade Federal da Fronteira Sul, com sede em Chapecó. E estamos votando para que tenhamos agora *campus* em Concórdia e em São Miguel d'Oeste.

A Udesc também está se expandindo. E como existe certo débito da Udesc, vamos dizer assim, com a região do meio-oeste, esta ficaria então bem contemplada. A Universidade Federal da Fronteira Sul também expandindo os seus campi, os Institutos Federais também estão fazendo expansão. Nós, inclusive, temos participado ativamente de audiências públicas para expansão dos institutos federais.

Então, quero, ao lado do encaminhamento favorável e positivo, deixar esta manifestação no sentido de que a Udesc possa, tão logo possível, realmente fincar pé também no meio-oeste. E, se depender da nossa participação na discussão, no encaminhamento de leis e projetos que viabilizem isso, estamos à disposição.

Eu voto favorável, portanto, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigada, deputado Neodi Saretta.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, estamos aqui há 20 anos e tivemos a grande oportunidade de presenciar a evolução da Udesc.

A Udesc, em 1991, era pequenininha, foi crescendo, foi melhorando e adequando-se à modernidade e criou-se mais oportunidade para o estudante. E é óbvio que precisamos fazer com que comece também a ampliar-se, seja por extensão, por *campus* fixo, enfim, precisamos que realmente a Udesc atinja o interior do estado.

Discutimos muito essa questão com os governos que passaram. E o governador Raimundo Colombo já está sensível a essa causa. Além disso, temos conversado muito com o reitor Sebastião Iberes Lopes Melo, com seus companheiros de trabalho e entendemos perfeitamente essa necessidade.

O *campus* de Balneário Camboriú é uma necessidade! Outros tantos também são.

Tanto é que o reitor esteve em Joaçaba tratando do assunto há poucos dias. Estaremos em Caçador na próxima semana verificando também a possibilidade da instalação em Caçador, para atender a toda região pertencente à SDR de Caçador, a antiga UnC, hoje Uniarp, que faz parte também da mesma microrregião.

Portanto, queremos fazer um apelo para que não só votemos favoravelmente, mas que levemos ao governador pleitos no sentido de que se possa realmente melhorar até o índice da Udesc. Isso não é um privilégio, mas uma obrigação do estado, um dever do estado.

Por isso, tenho certeza de nosso empenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigada, deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, entendemos ser fundamental a recomposição dos salários que os trabalhadores da Udesc recebem. É importante também se fazer justiça aos seus trabalhadores, professores e diretores, e há também a questão da instalação do *campus* em Balneário Camboriú.

Queremos registrar a nossa luta, o nosso grande desafio do oeste, do meio-oeste, de ter a sua universidade estadual. Então, essa é uma luta que não vamos abrir mão. Entendemos, e aqui reafirmamos, que o estado de Santa Catarina precisa investir mais em educação. Estamos acompanhando a questão da problemática dos fundos do estado de Santa Catarina que desvincula os recursos orçamentários da educação, e pelo que temos levantado, só de cinco fundos para a educação, perdeu-se em Santa Catarina aproximadamente R\$ 1,5 bilhão nos últimos cinco anos.

Então, sr. presidente, precisa-se rever isso com urgência para que possamos ter mais recursos para ampliar a nossa universidade estadual, fortalecendo a educação e não, na estratégia do estado, passar toda a responsabilidade aos municípios. Assim, sr. presidente, apoiamos os projetos que entendemos ser fundamentais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigada, deputado.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, quero apenas registrar o grande papel para o desenvolvimento regional que a Udesc cumpre em nosso estado. Refiro-me ao *campus* de Balneário Camboriú e cito três cursos: Engenharia do Petróleo, um curso na área de Logística, e Engenharia Naval, perfeitamente coadunados com a vocação da nossa região, porque Itajaí transforma-se numa grande referência e base da Petrobras, inclusive com toda a exploração do petróleo e do pré-sal que teremos pela frente.

Então, a Udesc, já preocupada, está formando técnicos na área de Engenharia do Petróleo, que hoje já se torna um curso destaque da própria Udesc, conforme disse o reitor Sebastião Iberes Lopes Melo.

O curso de Engenharia Naval é importantíssimo uma vez que a nossa região é um pólo da construção naval neste estado e no Brasil, bem como a logística, por tudo que o complexo portuário de Itajaí representa para o Brasil e Santa Catarina.

Então, essa sintonia da Udesc com o desenvolvimento regional vai merecer sempre o nosso apoio.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero manifestar a minha posição favorável aos dois projetos da Udesc, e já fizemos a votação na comissão de Finanças. Até há pouco tempo a Udesc não era uma universidade dos catarinenses, porque ela estava muito concentrada no litoral de Santa Catarina. Mas hoje, de fato, percebemos que a Udesc está se interiorizando, está mais próxima dos catarinenses. Neste sentido, já manifestamos ao reitor também que em Chapecó, na região oeste de Santa Catarina, não podemos permanecer apenas com um curso; temos que ampliar os cursos e mais do que isso ampliar a estrutura, porque a Udesc representa acesso ao ensino, à pesquisa, à extensão de alto nível.

Então, esta Casa quando fez o debate do Fundeb em nenhum momento foi incluída a diminuição de recursos à Udesc, por entender que ela presta também um grande valor à formação de professores e, portanto, tem um objetivo educacional.

Então, queremos manifestar a nossa posição favorável para que de fato a Udesc possa cada vez mais estar presente em todas as regiões de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Somente para registrar que me somo a todos os pronunciamentos anteriores. Nós, que acompanhamos junto com o deputado Dado Cherem toda a instalação e todo o projeto realizado em Balneário Camboriú, temos participado das atividades da Udesc naquele município e sabemos da importância da Udesc para o estado.

Então, não poderia deixar de manifestar, aqui, o nosso apoio e reconhecimento pelo que a Udesc tem feito e pelo que representa para o estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feitos os encaminhamentos pelos srs. deputados, a votação será nominal e no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim  
DEPUTADO ALTAIR GUIDI  
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim  
DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR  
DEPUTADO CARLOS CHIODINI  
DEPUTADO CIRO ROZA sim  
DEPUTADO DADO CHEREM sim  
DEPUTADO DANIEL TOZZO sim  
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim  
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim  
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim  
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI sim  
DEPUTADO EDISON ANDRINO sim  
DEPUTADO ELIZEU MATTOS  
DEPUTADO GELSON MERISIO  
DEPUTADO GILMAR KNAESEL sim  
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim  
DEPUTADO JAILSON LIMA  
DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim  
DEPUTADO JOARES PONTICELLI  
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA sim  
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER  
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim  
DEPUTADO KENNEDY NUNES  
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim  
DEPUTADO MANOEL MOTA sim  
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim  
DEPUTADO MAURO DE NADAL sim  
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim  
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim  
DEPUTADO NEODI SARETTA sim  
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim  
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA  
DEPUTADO RENO CARAMORI sim  
DEPUTADO ROMILDO TITON sim  
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim  
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim  
DEPUTADO VALMIR COMIN  
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim

A Presidência pergunta se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 28 votos "sim".

Está aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0033/2011, de origem governamental, que fixa o valor referencial de vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quero saudar a presença do deputado Renato Hinnig, secretário da grande Florianópolis, que está presente.

Parabéns e bom trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Voto "sim".

Quero pedir a v. exa. que, tão logo termine a votação, seja realizada uma sessão extraordinária para que possamos votar em segundo turno as matérias já aprovadas e a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Quero fazer um apelo ao magnífico reitor da Udesc, na mesma direção que fizeram outros srs. deputados.

Sr. reitor, se o senhor olhar o mapa de Santa Catarina verá que o meio-oeste ainda não tem um *campus* da Udesc. Esta Casa está à disposição e de portas abertas para a Udesc, porque se trata de uma instituição de ensino de reconhecida importância para Santa Catarina. Assim, esperamos que proximamente vejamos implantado no meio-oeste um *campus* dessa prestigiosa universidade.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim  
DEPUTADO ALTAIR GUIDI  
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim  
DEPUTADA ANGELA ALBINO  
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR  
DEPUTADO CARLOS CHIODINI  
DEPUTADO CIRO ROZA sim  
DEPUTADO DADO CHEREM sim  
DEPUTADO DANIEL TOZZO sim  
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim  
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim  
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim  
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI  
DEPUTADO EDISON ANDRINO sim  
DEPUTADO ELIZEU MATTOS  
DEPUTADO GELSON MERISIO  
DEPUTADO GILMAR KNAESEL sim  
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim  
DEPUTADO JAILSON LIMA  
DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim  
DEPUTADO JOARES PONTICELLI  
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA sim  
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER  
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim  
DEPUTADO KENNEDY NUNES  
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim  
DEPUTADO MANOEL MOTA sim  
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim  
DEPUTADO MAURO DE NADAL sim  
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim  
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim  
DEPUTADO NEODI SARETTA sim  
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim  
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA  
DEPUTADO RENO CARAMORI sim  
DEPUTADO ROMILDO TITON sim  
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim  
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim  
DEPUTADO VALMIR COMIN  
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim

Esta Presidência pergunta se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 27 votos "sim".

Está aprovado em primeiro turno.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h44.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 024ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h44, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Chereim - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Ordem do Dia

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Registra a presença do cabo Benevenuto Dacioli, do Rio de Janeiro.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (pela ordem) - Solicita realização de sessão extraordinária para votação das redações finais dos projetos aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0023/2011, de origem governamental, que altera o anexo II da Lei Complementar n. 345, de 2006, que dispõe sobre o plano de carreira dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc - e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	

DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 27 votos "sim", nenhum voto

"não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em segundo

turno do Projeto de Lei Complementar n. 0033/2011, de origem governamental, que fixa o valor referencial de vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

"não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado em segundo turno.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, gostaria de registrar, com satisfação, a presença na Assembleia Legislativa do meu companheiro bombeiro militar do estado do Rio de Janeiro, cabo Benevenuto Dacioli, juntamente com sua esposa, sra. Cristiane Dacioli, que irão participar amanhã das comemorações alusivas aos dez anos de existência da Aprasc.

Quero dizer da alegria de contar com a sua presença nesta Casa, pois esse companheiro foi o principal líder do movimento dos bombeiros militares do Rio de Janeiro ocorrido há alguns dias.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro de v.exa., deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, solicito que seja realizada uma nova sessão extraordinária, a fim de que seja feita a votação da redação final dos projetos aprovados em primeiro e segundo turnos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Manoel Mota, ao final desta sessão convocaremos outra.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0288/2011, de origem governamental, que autoriza a doação

de imóvel no município de Bom Jesus (realização de atividades esportivas).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0290/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Braço do Trombudo (investimentos na área da saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0264/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública o Projeto de Ação Renovar, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0118/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto n. 0165/2011, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara de utilidade pública o Comitê para a Democratização da Informática de Santa Catarina - CDI/SC -, em Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único

do Projeto de Lei n. 0202/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Associação Empresarial de Santa Helena e Tunápolis - AEST -, com sede no município de Tunápolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n.0246/2011, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara de utilidade pública a ONG Pró Dignidade Humana, Solidariedade e Defesa do Meio Ambiente - DIGNHUS -, no município de Palhoça.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0264/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública o Projeto de Ação Renovar, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0279/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social e Idosos de São José - Asaprev.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0314/2011, de autoria da comissão de Saúde, que altera a Lei n. 7.689, de 1989, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Hospital Guarujá.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n.0006/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembleia Legislativa, do Subprograma Estágio Visita e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0094/2011, que altera a Lei n. 14.890, de 2009, alterada pela Lei n. 15.372, de 2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que disciplina o controle de usuários em estabelecimentos voltados à comercialização do acesso à internet no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0282/2011, que altera a redação da Lei n. 8.336, de 1991, de autoria do deputado Jailson Lima, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Ibirama.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0303/2011, que altera o art. 1º da Lei n. 8.898, de 1992, de autoria do deputado Aldo Schneider, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente e Filantrópica Harmônia, de Ibirama.

Ao presente projeto de lei foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução n. 0006/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução n. 005, de 2008 (comissão de Defesa Civil).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução n. 0007/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari e outros, que altera o Regimento Interno da

Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução n. 005, de 2008 (comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência).

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda aditiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão convoca outra, extraordinária, para as 15h56.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 025ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h56, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Defende as rádios comunitárias.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Pede mudanças na radiodifusão do país.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Manifesta-se a favor da democratização da radiodifusão; convida para as comemorações dos dez anos da Aprasc.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** (aparte) - Cumprimenta a Aprasc pelos dez anos de existência.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Lamenta a decisão do governador de vetar as emendas à LDO e afirma que proporá mudanças no Regimento Interno para preservar a comissão de Finanças.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** (aparte) - Concorde com as ponderações do deputado Gilmar Knaesel.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Posiciona-se favoravelmente às rádios comunitárias; denuncia a falta de infraestrutura do Condomínio das Árvores, em Blumenau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência consulta as lideranças se podemos fazer a votação das redações finais em bloco.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância de todos, assim procederemos.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei Complementar n.s: 0023/2011 e 0033/2011.

Não há emendas às redações finais.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0288/2011, 0290/2011, 0118/2011, 0165/2011, 0202/2011, 0246/2011, 0264/2011, 0279/2011 e 0314/2011 e do Projeto de Resolução n. 0006/2009.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0460/2011, 0461/2011 e 0462/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0463/2011, de autoria da comissão de Agricultura e Política Rural; 0464/2011 e 0465/2011, de autoria do deputado Dado Cherem; 0466/2011 e 0467/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0468/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0469/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0470/2011 e 0471/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

A Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 1.078/2011 e 1.087/2011, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 1.079/2011, de autoria do deputado Daniel Tozzo; 1.080/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.081/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; 1.082/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 1.083/2011 e 1.084/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 1.085/2011, de autoria do deputado Dado Cherem; 1.088/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio; 1.089/2011, 1.090/2011, 1.091/2011, 1.092/2011, 1.093/2011, 1.094/2011 e 1.095/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Requerimento n. 1.086/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem ao coordenador da Anvisa, pedindo medidas administrativas no sentido de promover concurso público para a contratação imediata de agentes sanitários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0067/2011, de autoria da liderança do PP, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando que interceda junto ao ministério da Educação e à Presidência da República para encontrar uma solução para a greve dos servidores da UFSC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0068/2011, de autoria da liderança do PP, a ser enviada à presidente da República, solicitando a avaliação de uma solução para a greve dos servidores da UFSC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0069/2011, de autoria da liderança do PP, a ser enviada ao ministro da Educação, apelando por uma solução para a greve de servidores da UFSC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0070/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao presidente da Funai, manifestando repúdio pela omissão de ações para erradicar o infanticídio nas comunidades indígenas no país.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0071/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando atenção ao problema do infanticídio indígena, bem como a elaboração de projeto de lei que normatize a criminalização da prática e da omissão nos casos de crimes contra crianças indígenas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0072/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, a ser enviada ao presidente do Inpi, solicitando apoio ao Projeto de Indicação Geográfica dos Cristais Artesanais do Vale Europeu.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0112/2011, de autoria da liderança do PP, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre a atual situação dos processos ou encaminhamentos envolvendo as obras da SC-401.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0113/2011, de autoria do deputado Altair Guidi, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre a origem dos recursos que foram utilizados para cobrir o déficit de caixa da Codesc, no período de 1º de junho de 2010 a 31 de maio de 2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0114/2011, de autoria do deputado Altair Guidi, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre a origem dos recursos que foram utilizados para cobrir o déficit de caixa da Cohab, no período de 1º de junho de 2010 a 31 de maio de 2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Tenho em mãos o Ofício n. 0136/2011, que solicita a suspensão da presente sessão por até dez minutos, para que a presidente da Abraço/SC - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária -, Inês Fortes Pereira, e o coordenador nacional, João Carlos Santin, possam fazer uso da palavra.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero registrar que

não pude, na manhã de hoje, participar das atividades da Abraço nesta Casa, pelas maluquices que é ser deputado e correr para lá e para cá, de uma comissão para outra.

Quero dizer que também fiz, em anos passados, essas maluquices às quais se referiram aqui de ajudar a tocar a rádio comunitária e de a cada 15 dias mudar de local para ver se conseguia mantê-la no ar, fugindo da perseguição ideológica dos grandes meios de comunicação e do governo.

No entanto, não posso deixar de registrar que, assim como a democratização da terra, a democratização da radiodifusão e dos meios de comunicação é uma dívida que o governo federal, que manda no ministério das Comunicações, tem com a sociedade brasileira. E precisamos de fato cobrar do ministério das Comunicações uma posição diferente no trato da política de radiodifusão e dos meios de comunicação em geral neste país.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, primeiramente, quero parabenizar toda a coordenação da Abraço, na pessoa de Inês Fortes Pereira e de João Carlos Santin.

Com certeza, srs. parlamentares e público que nos acompanha, essa organização está aqui para conquistar o seu espaço e participar do processo de democratização dos meios de comunicação.

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que é uma grande liderança do nosso país, com certeza vai construir um novo marco regulatório para as comunicações do Brasil. A fala do presidente, hoje pela manhã, foi no sentido de democratizar o apoio cultural e o apoio institucional da Assembleia Legislativa, e esperamos isso também do governo do estado, para que as rádios comunitárias possam trabalhar com dignidade e com respeito em Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, quero, em nome dos 40 parlamentares, fazer um convite a todos os srs. deputados para, amanhã, dia 25 de agosto, às 15h, na esquina da avenida Almirante Tamandaré com a travessa Aroldo Pessi, no bairro Coqueiros, em Florianópolis, participarem da inauguração da sede da Ocesc, ocasião em que serão comemorados também os seus 40 anos de existência.

Faço o convite, em nome da Frente Parlamentar do Cooperativismo, a todos os deputados desta Casa. Tenho certeza de que todos já devem ter recebido o convite para estarem amanhã na inauguração da sede da Ocesc em Florianópolis!

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, a nossa inscrição neste horário foi para, mais uma vez, fazer uma solicitação através de uma moção com um arrazoado bastante extenso.

(Passa a ler.)

"O signatário, com base no artigo 195 do Regimento Interno deste Poder [...]:

[...]

REQUER o encaminhamento de MOÇÃO ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, nos seguintes termos:

'A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ACOLHENDO PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO RENO CARAMORI, SOLICITA MEDIDAS URGENTES QUE ESTABELEÇAM POLÍTICAS DE INCENTIVO À CULTURA DA MAÇÃ, IMPLANTANDO SEGURO AGRÍCOLA COMPATÍVEL COM A REALIDADE DOS FRUTICULTORES CATARINENSES, PRORROGANDO AS DÍVIDAS DE FINANCIAMENTO DE CUSTEIO E INVESTIMENTOS DOS PRODUTORES DO PAÍS. ATENCIOSAMENTE, DEPUTADO GELSON MERISIO - PRESIDENTE'

Sala das Sessões, em

(a)Deputado Reno Caramori"[sic]

Srs. deputados, os fruticultores vêm enfrentando uma situação bastante complicada. Já há outras atividades agrícolas com a garantia do seguro agrícola, mas os fruticultores estão enfrentando uma diminuição, por parte do governo federal, no subsídio de parte do seguro agrícola. Este ano houve uma diminuição até expressiva e com isso não haverá condições de segurar os pomares de todos os fruticultores.

Sendo assim, no dia 12, em Vacaria, haverá uma reunião com a Associação Brasileira de Produtores de Maçã, com a participação dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, juntamente com o Banco do Brasil, o BRDE, o BNDES e outros bancos, para discutir esse processo do seguro e a participação do governo na formatação do projeto para que possamos, realmente, segurar os pomares dos nossos produtores.

Santa Catarina é a maior produtora de maçã do Brasil e está enfrentando uma situação difícil, bem como o Rio Grande do Sul, uma vez que temos mais ou menos a mesma altitude, o mesmo clima e o mesmo solo. Por isso, peço o apoio dos srs. parlamentares para aprovarmos essa moção e mostrarmos aos ministérios da Agricultura e do Planejamento a necessidade de olhar com muito carinho e com muito zelo a questão, porque grande da renda da fruticultura catarinense vem da produção de maçã e precisamos dar garantias aos nossos produtores.

Já fizemos isso no ano passado, já advogamos essa causa por várias vezes, mas precisamos, na realidade, fazer com que os órgãos governamentais entendam a necessidade de partir para aquilo que estamos realmente requerendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital ou que está aqui presente nesta tarde, quero falar um pouco dessa questão da radiodifusão, do evento da Abraço e parabenizar todas as pessoas que aqui estiveram. Elas já saíram, mesmo assim, para o conjunto da sociedade catarinense, esse assunto é de relevante importância, pois é desejável que exista uma rádio comunitária em cada bairro. Essa seria a forma de, efetivamente, democratizar a comunicação.

No entanto, isso tem sido uma luta pesada no Brasil desde a Constituição de 1988, que não é cumprida nesse tocante e que não foi regulamentada da forma ideal. Como falei anteriormente, também participei de várias iniciativas de organização de rádios comunitárias, assim como essa manifestação que tivemos aqui com a presença desses ativistas. Inclusive, encontrei duas policiais militares que trabalham



com isso nas suas comunidades, nas suas cidades. Logo, não é um assunto que possa ser considerado insurgente, pelo contrário, é a busca por um direito necessário à democratização dos meios de comunicação.

As iniciativas de organizar rádios comunitárias precisam de um aporte político forte, do contrário os organismos públicos acabam sendo usados e empurrados pelos grandes meios de comunicação de massa contra as rádios comunitárias. É absurdo que aconteça isso ainda em nosso país, de forma que parte da minha questão de ordem foi nesse sentido. Espero mesmo que o novo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, tome uma providência e regulamente essa questão de forma definitiva e clara, para que as rádios comunitárias possam consolidar-se em todas as regiões do país, em todos os estados da federação, em todos os municípios e, por que não, em cada bairro das grandes cidades.

A política hoje trabalha no sentido de garantir também o monopólio dos meios de comunicação. Tem sido assim historicamente no país. Nos últimos oito anos houve mudanças apenas pontuais, mínimas, mas há esperança de que o novo ministro possa, de fato, organizar essa questão e propiciar a democracia, porque a radiodifusão é um direito de todos, os sinais cruzam os ares, os instrumentos e a tecnologia necessários são um bem público e não pode, portanto, existir política no sentido de garantir que apenas os poderosos possam ter e, muito menos, que apenas os partidos políticos alinhados com o ministério das Comunicações ou com o governo possam ter, porque isso, historicamente, no Brasil é uma forma de garantir a preservação do poder econômico nas mãos das oligarquias detentoras do poder político.

Portanto, serei o primeiro a aplaudir qualquer medida do ministro Paulo Bernardo no sentido de democratizar o direito à radiodifusão.

Quero parabenizar todas as pessoas que participaram desse movimento hoje, todas as pessoas que no estado inteiro, mesmo que não tenham vindo aqui hoje, pelo trabalho que fazem, pelo esforço que fazem para garantir esse direito social, e também pela necessidade ímpar do debate das questões comunitárias, das questões sociais sem a restrição e sem os preços do monopólio. Esse também é um direito social elementar pelo qual precisamos lutar.

Quero voltar a falar sobre o convite feito no dia de ontem relativo à passagem dos dez anos da Aprasc. Um convite para todas as pessoas interessadas participarem, para as pessoas que queiram saber mais da nossa vida, do nosso trabalho, independentemente da profissão que exerçam.

Encaminhamos convite a todas as autoridades do estado, a todos os parlamentares de todos os partidos políticos, às entidades de classe, aos trabalhadores e também aos empresários, para que participem das atividades que serão realizadas no Sesc, em Capupé, a partir das 9h, com palestras e com debates, inclusive com a participação do cabo Benevenuto Daciola, principal liderança do movimento dos bombeiros do Rio de Janeiro e que foi notícia nacional, talvez porque era do Rio de Janeiro ou talvez porque eram bombeiros sendo reprimidos pelo governo ou, mais precisamente, pela Polícia Militar, pelo Bope.

Então, houve todo aquele impacto, toda aquela movimentação, mas aquele tipo de movimento tem acontecido em todos os estados da federação, já aconteceu, inclusive, no estado de Santa Catarina. É preciso, portanto, que as autoridades e as pessoas que pensam em segurança pública preocupem-se com isso.

Vamos ter essa palestra amanhã, dia 25, Dia do Soldado e 10º aniversário da Aprasc.

Amanhã às 9h, portanto, estaremos fazendo um debate e uma reflexão a respeito da legislação e da forma como estão organizadas as estruturas para que se chegue a situações dramáticas e, por que não dizer, calamitosas e absolutamente evitáveis se houver melhor senso por parte das estruturas governamentais, por parte da própria Lei Maior, que mantém algumas amarras que impedem uma maior abertura, uma maior democracia interna e das instituições que fazem segurança pública.

As 19h haverá o ato político e simbólico comemorativo dos dez anos e contaremos com a presença de centenas de praças de todas as regiões de Santa Catarina. Gostaríamos muito de ter a participação da sociedade civil, das autoridades de todos os partidos, independentemente de ideologia, para que possamos estabelecer um debate. Evidentemente que vamos expor as nossas reivindicações, mas respeitaremos e aplaudiremos todas as presenças, independentemente, repito, de setor, de segmento da Segurança Pública ou do partido político.

Convidamos o comandante-geral e quero reiterar o convite a ele e às demais autoridades representativas dos oficiais. Convidamos o governador do estado e todos os partidos políticos, todas as autoridades, porque para nós esse dia é muito importante para fazermos uma reflexão e, além de comemorar, pensar sobre a segurança pública que a sociedade quer.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. deputado, quero cumprimentar a Aprasc pelos dez anos de atividades, dizendo que a segurança é um tema que ainda não tem sido tratado pelos governos, de maneira geral, como absoluta prioridade, o que precisa ser feito sob pena de consequências maiores acontecerem muito proximamente.

Não vamos estar nas comemorações em função de uma atividade parlamentar nossa, mas deixamos o nosso registro, os nossos cumprimentos a v.exa. e a todos os membros da Aprasc.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado.

De fato, quinta-feira é um dia complexo para os deputados que não moram na Grande Florianópolis, porque as atividades terminam ao meio-dia e geralmente todos têm audiências públicas marcadas, reuniões ou outras atividades em suas regiões.

De qualquer forma, estamos abertos para receber representações ou mesmo uma documentação pelo registro, porque para nós é uma atividade social de primeira importância.

Agradecemos todo o apoio que tivemos ao longo desses dez anos, tanto de autoridades, de lideranças de todos os partidos políticos numa circunstância ou noutra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham, hoje quero tratar de um debate que tivemos pela manhã na comissão de Finanças e Tributação, que, na verdade, é antigo e já está meio repetitivo. No entanto, temos que continuar a fazê-lo até por uma questão de consciência e de responsabilidade, como presidente da referida comissão.

Srs. deputados, a comissão de Finanças e Tributação é a responsável por algumas

matérias que tramitam na Casa, tanto de origem do Legislativo quanto do Executivo ou de outros poderes, especificamente nas questões financeiras e orçamentárias. Tanto assim que alguns projetos de lei, principalmente no que diz respeito à LDO, ao PPA e ao próprio Orçamento, têm a sua tramitação exclusiva na comissão de Finanças e Tributação, não tramitando em nenhuma outra comissão, o que a torna uma comissão de mérito, fato que consta do nosso Regimento Interno.

Fomos surpreendidos no dia de ontem, deputado Sargento Amauri Soares, com o veto do governador às emendas da LDO. Vejo, primeiramente, que é legítimo o governador se posicionar a favor ou contra os encaminhamentos da Assembleia Legislativa. Mas o que nos chamou a atenção e deixou-me perplexo foi que a matéria já havia sido votada na manhã de ontem na comissão de Constituição e Justiça, com parecer favorável pela manutenção do veto do governador às emendas e também já havia vindo ao plenário no dia de hoje. Pesquisando o nosso Regimento Interno, no capítulo específico do veto o art. 298 deixa uma grande lacuna, por isso vou lê-lo.

(Passa a ler.)

"Art. 298 - Recebida a mensagem de veto, será ela imediatamente publicada e remetida à Comissão de Constituição e Justiça.

§ 1º - A Comissão terá o prazo de duas reuniões ordinárias para emitir parecer.

§ 2º - Esgotado o prazo da Comissão, o Presidente da Assembleia incluirá a matéria na pauta e na Ordem do Dia para a deliberação do Plenário."[sic]

Portanto, quero dizer que nem o presidente da comissão de Constituição e Justiça nem o presidente da Casa desobedeceram ao nosso Regimento, mas foram induzidos a esse encaminhamento errôneo, que não pode ser perpetuado.

Sendo assim, estaremos apresentando amanhã uma proposta de alteração do nosso Regimento Interno, para que a comissão de Constituição e Justiça, no caso de veto, analise apenas a constitucionalidade, a ilegalidade do posicionamento do governador e se o veto é possível ou não. Quanto ao mérito do veto das emendas, o projeto tem que ir para a comissão específica obrigatoriamente.

Claro que os deputados que compõem a comissão de Constituição e Justiça, quando da votação em plenário, foram favoráveis porque a matéria foi aprovada por unanimidade; eles aprovaram as emendas que acatamos como relator na comissão de Constituição e Justiça, portanto as conhecem. Mas ninguém melhor do que a comissão de Finanças e Tributação para se posicionar sobre a inconstitucionalidade arguida pelo governador para vetar.

Ora, temos que analisar essas emendas e a maioria das que aprovamos são oriundas do Orçamento Regionalizado, foram aprovadas no ano passado, quando esta Casa percorreu as várias regiões do estado. Em segundo lugar, também acatamos emendas de origem parlamentar e de bancadas, no sentido de aprimorar, no sentido de dar uma abertura à LDO, no sentido de que o deputado que conhece a sua região, as suas necessidades, tem legitimidade para fazê-lo.

Obedecemos a esse critério, e agora vem o veto que não conhecíamos na prática, mas que hoje já estava no plenário para votarmos a favor da manutenção do veto.

Deputado Neodi Saretta, no âmbito da comissão, hoje pela manhã, v.exa. se posicionou muito bem e de forma bem clara no sentido de que estamos correndo três riscos nesse posicionamento: o primeiro deles é o esvaziamento total da comissão de Finanças e Tributação, se esse procedimento continuar e não houver alteração do

Regimento Interno; o segundo, relativo ao mérito, é que se não mudamos o nosso posicionamento e mantivermos as nossas propostas, ou seja, votando contra o veto do governador, estaremos esvaziando e até mesmo acabando definitivamente com o Orçamento Regionalizado.

Aí vamos, no dia 12 de setembro, viajar para o interior do estado e falar o que sobre esse assunto? O que vamos dizer, se aprovamos a emenda e depois, em plenário, acatamos o veto do governador? Aprovar emendas é uma prerrogativa deste Poder. Além disso, o que está na LDO não quer dizer que seja, necessariamente, matéria do Orçamento. Agora, no Orçamento, sim, só se pode colocar o que está na LDO. Essa é a ordem das coisas. Por isso a LDO chega antes na Casa para que possam ser abertas as possibilidades antes da apresentação do Orçamento.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Com muito prazer, já que v.exa. tem um posicionamento muito claro e firme a esse respeito.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Gilmar Knaesel, v.exa. está sendo muito claro e lúcido, aliás, fez um relatório da LDO muito importante e conseguiu uma coisa que não é fácil, porque para relatar a LDO, o Orçamento e conseguir contemplar uma série de emendas, é necessária grande capacidade de articulação com os deputados do governo.

Agora, o veto total a todas as emendas acatadas realmente criou um problema, que talvez não tenha sido percebido pelos técnicos que o recomendaram.

Acho que é importante construirmos nesta Casa um consenso para podermos manter o projeto original e fortalecer, na próxima semana, as audiências públicas do Orçamento Regionalizado, que é um mecanismo de participação da sociedade muito importante.

Parabéns pela sua intervenção.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Estarei na presidência da comissão de Finanças e Tributação por pouco tempo, mas temos que deixar isso bem claro de forma definitiva, para que não suscite constrangimento ao presidente da Casa, mas que, no momento da votação da LDO, do PPA e do Orçamento, possa-se atender às bases, às regiões, o que é legítimo, pois foi para isto que fomos eleitos, para representar regionalmente e inserir alguns assuntos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. parlamentares que ainda se encontram neste plenário nesta tarde de quarta-feira.

Concordo com v.exa., deputado Gilmar Knaesel, porque realmente é lamentável o veto do governador não somente porque os deputados procuraram atender suas bases, mas porque se trata de uma falta de respeito com a população, deputado Sargento Amauri Soares. Se as emendas foram colocadas na LDO é porque ouvimos as necessidades da comunidade em diversas regiões do estado de Santa Catarina e foi para isto que o povo nos elegeu, para sermos seus representantes nesta Assembleia Legislativa.

Acho, sr. presidente, que interferir na LDO é descentralizar o Orçamento e chegar mais próximo dos cidadãos, muito diferente, deputado Neodi Saretta, do que fazem as SDRs, onde ainda continuam brigando por cargos.

Lideranças políticas questionam o que essas SDRs fazem, basta olhar, deputado

Sargento Amauri Soares, a lista de requerimentos de vários parlamentares solicitando obras em diversas partes do estado de Santa Catarina. Por que essas reivindicações não vão para as SDRs? Por que os deputados da base do governo ainda fazem essas reivindicações para o governo? Porque elas não servem para nada, apenas para gastar papel e fazer de conta. O que é isso? Acho mesmo que as SDRs não têm função alguma, são apenas cabides de emprego. E questiono, além disso, o número delas, eis que ficam uma ao lado da outra.

Sr. presidente, transito seguidamente pela rodovia Jorge Lacerda, a SC-470, uma rodovia estadual e pergunto aos parlamentares que moram na minha região e passam por lá se não está completamente esburacada. Esses dias meu carro caiu dentro de um buraco e o pneu furou. A rodovia Jorge Lacerda está intransitável. Será que o secretário do Desenvolvimento Regional da minha região não percebe que a rodovia Jorge Lacerda está cheia de buracos e que foi arrumada no ano passado apenas com uma capinha fininha de asfalto, deputado Sargento Amauri Soares, tipo faz de conta? A rodovia Jorge Lacerda está um horror, um horror! Até aconselho as pessoas a passarem pela BR-470.

Sr. presidente, na tarde de hoje tivemos um momento de muita alegria, quando participamos da comemoração pelos 15 anos da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias - Abraço -, que faz um trabalho exemplar e digno no estado de Santa Catarina, levando informações às comunidades, às localidades. É importante o trabalho desses abnegados radialistas, que lutam há 15 anos para manter suas rádios no ar.

Quero dizer que o nosso compromisso com as rádios comunitárias e com a democratização das comunicações em nosso país são um compromisso do nosso mandato, das pessoas que trabalham conosco e do nosso partido também.

Ainda na tarde de hoje tivemos a oportunidade de acompanhar o lançamento do site do Grupo de Estudo e Apoio à Adoção de Florianópolis, o Geaaf, que realiza um bellissimo trabalho. O site foi criado por uma empresa que fez um bom serviço, tomando essa ferramenta uma oportunidade de as pessoas acessarem informações, solucionarem suas dúvidas a respeito da adoção: como ela ocorre, quem pode adotar, que crianças estão prontas para serem adotadas.

O site é o seguinte: [www.geaaf.org.br](http://www.geaaf.org.br). É um bonito site e quem quiser obter mais informações sobre adoção vale à pena conferir.

Outro tema que me traz à tribuna, sr. presidente e srs. deputados, que despertou grande indignação e revolta não apenas nessa parlamentar, mas em várias famílias que estão morando no condomínio das Árvores, inaugurado em julho deste ano, na cidade de Blumenau, com a presença da presidente Dilma Rousseff e de outras autoridades, é a total falta de infraestrutura no local, o Passo do Manso. São quatro condomínios, com 580 apartamentos doados às famílias atingidas pela enchente, num investimento do governo federal de R\$ 26 milhões.

O terreno foi comprado com o dinheiro doado pelos brasileiros para o Fundo Estadual da Defesa Civil. Contudo, depois de dois meses os moradores têm constantemente reclamado da absoluta ausência de infraestrutura na localidade de Passo Manso. A prefeitura de Blumenau fez propaganda, colocou *outdoors*, dizendo que estava dando os apartamentos, mas o que deveria ter dado e ainda não aconteceu, são as obras de infraestrutura.

No que se refere aos equipamentos públicos, há apenas um ambulatório na localidade, que não consegue atender à demanda, porque não

foi ampliado o número de funcionários para atender às mais 580 famílias que foram lá morar.

Da mesma forma, não lembraram que essas famílias têm crianças e assim sendo, não pensaram nas creches, não pensaram nas escolas para as crianças e adolescentes. A prefeitura simplesmente colocou as famílias naquele empreendimento, bancado pelo governo federal, sem pelo menos pensar na infraestrutura para atender às famílias. Creches não existem, não foram construídas, e as escolas mais próximas não têm vagas para as crianças que passaram a residir no bairro Passo Manso.

Além disso, falta um ponto de ônibus, pois a prefeitura não pensou que as pessoas que lá moram dependem do transporte coletivo para ir trabalhar. Há que se dizer também que os horários são incompatíveis com a demanda que hoje está muito ampliada naquela localidade.

Uma das grandes queixas das famílias é justamente o fato de as crianças terem que atravessar a cidade de Blumenau para irem à escola, pois estavam estudando num bairro e foram morar noutro bairro. Por exemplo, moravam no bairro Progresso e foram morar no bairro Passo Manso. Então, têm que atravessar a cidade inteira para ir à escola, porque a prefeitura não se adiantou, não se preveniu e não construiu nem creches nem escolas para atender ao condomínio das Árvores.

O município recebeu tudo de mão beijada: R\$ 26 milhões para a construção dos apartamentos, construídos sobre um terreno comprado com o dinheiro doado pelas pessoas que depositaram na conta da Defesa Estadual. Como as obras se estenderam por mais de dois anos, houve tempo suficientemente para, pelo menos, a prefeitura planejar a construção de creches, de escolas, de ponto de ônibus, além de ampliar o atendimento do transporte coletivo.

Sendo assim, estamos cobrando, sim, da secretaria de Assistência Social do governo municipal de Blumenau, da secretaria municipal da Saúde e da secretaria municipal da Educação que resolvam o problema que está instalado no condomínio das Árvores, em Passo Manso.

Precisamos dar atenção a todas as mães, pais, crianças e adolescentes, para que, além da casa, tenham a infraestrutura necessária, porque onde moravam já haviam conseguido isso e a mudança para outro bairro requer também esse atendimento na Saúde e na Educação.

Gostaria de dizer também que aprovamos a doação de um terreno, na cidade de Blumenau, para a construção de novas moradias, mas até o momento a prefeitura não fez a escritura e há muita gente em Blumenau ainda precisando de casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Esta Presidência registra, com muito prazer, a presença do vereador Narciso José Giacomini, de Porto União. A pedido do deputado Gilmar Knaesel e em nome de todos os srs. deputados, desejamos que v.exa. sinta-se em casa neste Parlamento.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATOS DA MESA

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA Nº 489, de 29 de outubro de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2050/2010,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, ao servidor **MARCO ANTONIO BARCELOS DA ROCHA**, matrícula n.º 1896, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

**Republicado por Incorreção**

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 276, de 30 de agosto de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** o servidor **LAERCIO ARCENO CORREA**, matrícula nº 1438, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 22 de agosto de 2011 (Gabinete do Deputado Jose Nei Alberton Ascari).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 277, de 30 de agosto de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** o servidor **WALMIR DE OLIVEIRA MATOS**, matrícula nº 2787, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de setembro de 2011 (Deputado Jose Nei Alberton Ascari).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 278, de 30 de agosto de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** o servidor **SERGIO MACHADO FAUST**, matrícula nº 1015, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de agosto de 2011 (Deputada Angela Albino).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 279, de 30 de agosto de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** o servidor **AFONSO PRATES DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 1553, da função Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Operacional, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 15 de agosto de 2011 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 280, de 30 de agosto de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** o servidor **AFONSO PRATES DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 1553, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer Chefia da Seção de Desenvolvimento de Projetos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 15 de agosto de 2011 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 281, de 30 de agosto de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1216/11,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

**ATRIBUIR** ao servidor **GETULIO DORTA DE MELO**, matrícula nº 1461, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 04 de agosto de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 282, de 30 de agosto de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1245/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **BRIAN VENCESLAU MICHALSKI**, matrícula nº 6328, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 10 de agosto de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 283, de 30 de agosto de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1234/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art 1º, § 19 da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003

**CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **ELISABETE SILVEIRA BRANDALISE**, matrícula n.º 1349, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-47, a contar de 04 de agosto de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 284, de 30 de agosto de 2011**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1236/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art.1º, § 19 da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003

**CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **NOELI TEREZINHA LIVI**, matrícula n.º 0961, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-67, a contar de 07 de agosto de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 285, de 30 de agosto de 2011**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1265/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 2º, § 5º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003,

**CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **JULIO CESAR PRATES**, matrícula n.º 1248, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, a contar de 13 de agosto de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 286, de 30 de agosto de 2011**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1271/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 2º, § 5º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003

**CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **DILCIONIR JOSÉ GHELLERE**, matrícula n.º 3279, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-53, a contar de 09 de agosto de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 287, de 30 de agosto de 2011**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** o servidor **EDUARDO GUEDES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2131, da função de Chefia da Seção - Comunicação, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de setembro de 2011 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 288, de 30 de agosto de 2011**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** o servidor **NICOLAS ANDRIO HAUBOLD DE OLIVEIRA**, matrícula nº 6859, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Apoio ao Processamento da Informação - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de setembro de 2011 (DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 289, de 30 de agosto de 2011**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Ofício nº PGE/UJEPF nº 02211/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 c/c o art. 57 da Lei (federal) nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e em obediência à decisão proferida pelo Juízo Especial Cível da Comarca da Capital na Ação 0700547-04.2011.8.24.0023.

**CONCEDER APOSENTADORIA** voluntária, ao servidor **VALDIR DOS SANTOS**, matrícula n.º 1489, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/PL/TEL-47, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATOS DA MESA DL****ATO DA MESA Nº 036-DL, de 2011**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gilmar Knaesel para ausentar-se do País, no período de 1º a 11 de setembro do corrente ano, a fim de participar da Conferência Parlamentar das Américas - COPA 2011, na cidade de Québec, Canadá.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 9 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

**REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 041-DL, de 2011**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Joares Ponticelli para ausentar-se do País, no período de 1º a 12 de setembro do corrente ano, a fim de participar da Assembleia Geral da Confederação Parlamentar das Américas - COPA, em Québec, Canadá.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 30 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 042-DL, de 2011**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Valmir Comin para ausentar-se do País, no período de 30 de agosto a 05 de setembro do corrente ano, para viagem de ordem particular à Argentina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 30 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputado Ana Paula Lima - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 043-DL, de 2011**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Edison Andriano para ausentar-se do País, no período de 07 a 11 de setembro do corrente ano, a fim de participar do evento sobre os recursos hídricos no MERCOSUL, a ser realizado em Buenos Aires, Argentina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 30 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputado Ana Paula Lima - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

# PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

### ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 4 DE AGOSTO DE DOIS MIL E ONZE, ÀS 9H, NA SALA DE REUNIÕES DA ALESC.

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às nove horas, realizou-se a 19ª sessão ordinária da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc). O **Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, havendo quórum regimental, declarou aberta a sessão ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, e deu boas-vindas aos Deputados Estaduais Darci de Mattos; Aldo Schneider; Manoel Mota; Neodi Saretta; Silvio Dreveck; Dirceu Dresch, substituto da Deputada Luciane Carminatti; Daniel Tozzo, substituto do Deputado Marcos Vieira; Angela Albino, substituta do Deputado Sargento Amauri Soares; ao Secretário da Fazenda, Ubiratan Simões Rezende; e ao Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda, Adriano de Souza Pereira. Em seguida, colocou em discussão e votação a ata da 18ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, para apresentação do balanço financeiro e orçamentário do governo do Estado de Santa Catarina, referente ao primeiro quadrimestre de 2011, passou a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda. O **Secretário de Estado da Fazenda, Ubiratan Simões Rezende**, cumprimentou os presentes e, em seguida, disse que, juntamente com o Diretor, Adriano de Souza Pereira, prestaria contas do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre do ano de 2011. Em síntese, falou que há um equilíbrio nas finanças no cumprimento dos limites com gastos de pessoal, conforme dita a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e que o pagamento da dívida pública é o maior incidente; quanto às aplicações dos percentuais previstos para a saúde e educação, 12% e 25% respectivamente, ressaltando que essa comprovação deve ser feita no final do ano, levando em conta o período de doze meses. Explicou que, entre janeiro e abril deste ano, o governo investiu R\$ 425 milhões em saúde, R\$ 65 milhões a mais que o ano passado; e R\$ 775 milhões em educação, R\$ 27 milhões a mais que o ano anterior. Pontuou que a LRF estabelece que ao final de cada quadrimestre os representantes do Poder Executivo apresentem o cumprimento das metas alcançadas e informou que o relatório, ora apresentado, estará disponível no site da Secretaria de Estado da Fazenda. Para explicar detalhadamente o balanço, passou a palavra ao Diretor, Adriano de Souza Pereira, com a aquiescência do Presidente. O **Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda, Adriano de Souza Pereira**, cumprimentou todos e ressaltou que o trabalho de elaboração e divulgação das informações da LRF é realizado pelos contadores. Iniciou a apresentação dos slides, reforçando a obrigatoriedade imposta pela LRF. No tocante à transparência da gestão, disse que a Lei Fiscal estabelece a publicação de um relatório quadrimestral e um relatório da execução orçamentária. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2011, comentou que os relatórios foram publicados no Diário Oficial do dia 26 de maio e que a Secretaria informou a Comissão de Finanças da Alesc dessa publicação através do Ofício 443/ 2011. Quanto à execução orçamentária do Estado, expôs os seguintes números: arrecadação R\$ 4,6 bilhões, valor 16% superior ao mesmo período de 2010; despesas R\$ 4 bilhões, valor menor que em 2010; resultado orçamentário - diferença entre receita e despesa - R\$ 637 milhões; receita total R\$ 4,6 bilhões, 6% a mais em relação a 2010. Explicou que dos R\$ 6,5 bilhões brutos arrecadados, nem tudo fica na caixa do Estado; uma parte vai diretamente para os Municípios e 20% para o Fundeb; então R\$ 1,8 bilhão é destinado para os Municípios e o Fundeb, ficando na caixa do Estado R\$ 4,6 bilhões, para manutenção dos serviços públicos, investimentos e manutenção dos Poderes. Quanto à arrecadação tributária, discorreu que se divide em arrecadação própria e os repasses tributários da União. Arrecadação própria: R\$ 4,4 bilhões. Dos R\$ 4,7 bilhões do total da arrecadação tributária, 92% é arrecadação própria, o que mostra que o Estado está andando com suas próprias pernas, sem depender dos repasses tributários da União; o ICMS é o tributo de maior participação, 79%, R\$ 3,8 bilhões, 17% a mais que em 2010. Repasses da União: a União repassou para o Estado R\$ 375 milhões. Houve um incremento em relação ao ano passado, mas representa somente 7,8% da arrecadação tributária. Arrecadação tributária, valor bruto, o que efetivamente ficou nos caixas do Estado: dos R\$ 4,7 bilhões arrecadados o Estado repassou R\$ 1,1 bilhão para os

Municípios, principalmente 25% do ICMS e 50% do IPVA, incremento de 15% em relação ao que foi distribuído em 2010; para o Fundeb R\$ 670 milhões, correspondente a 20% do valor; arrecadação líquida de R\$ 3 bilhões. Esboçou sobre a LRF e os seus limites, pontuando que a Lei tem como premissas básicas a gestão pública planejada, transparente, controlada e prevê a responsabilização do gestor público. A idéia da LRF é que haja equilíbrio das contas públicas e que haja manutenção desse equilíbrio; para manter esse equilíbrio, a lei estabeleceu limites para gastos com pessoal, para dívidas e empréstimos de longo prazo e para conceder garantias a outras entidades. O primeiro limite da LRF é o resultado primário - diferença entre receitas e despesas não financeiras - a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) define quanto deve ser o resultado primário, economia para fazer o pagamento da dívida pública de longo prazo. Para 2011 foi definido na LDO que o Estado deveria economizar R\$ 875 milhões; até o primeiro quadrimestre de 2011 o Estado vem cumprindo esse limite que atingiu R\$ 950 milhões. Segundo limite da LRF, resultado nominal - quanto o Estado pode expandir sua dívida fiscal líquida, dívida de longo prazo; na LDO ficou definido que o Estado poderia aumentar essa dívida em R\$ 229 milhões, o Estado vem cumprindo esse limite e reduziu sua dívida fiscal líquida em R\$ 890 milhões. Gastos com pessoal, a Lei Fiscal estabeleceu que deve ser balizado por um conceito chamado receita líquida para cada Poder e órgão. Acrescentou que além do limite legal, há dois limites, o de alerta - que o Tribunal de Contas emite um ofício para o órgão; e o limite prudencial - se um Poder ou órgão atingir esse limite começam as sanções. Nesse caso, o governante tem oito meses para reduzir as despesas com pessoal, ficando proibido de, nesse período, nomear servidores, fazer concurso público ou aumentar salários; e caso não saia do limite prudencial nos oito meses, a União bloqueia os repasses voluntários, os valores de convênios. A situação do governo do Estado com relação aos gastos com pessoal até abril deste ano está fora do limite: consolidado geral 51%; Poder Executivo 42,15%, próximo de 44% que é o limite de alerta; destaque negativo para o Tribunal de Contas que atingiu o limite de alerta e quase o limite prudencial. Explicou que a LRF começa com a despesa bruta com pessoal e algumas despesas, para fins da Lei, não são consideradas. Como, por exemplo, toda despesa que é paga com recursos do Iprev não é considerada pela Lei Fiscal. Um outro limite da Lei Fiscal é a dívida consolidada líquida; de acordo com a LRF o Estado pode ter dívida consolidada líquida até duas vezes da sua receita líquida. E a dívida consolidada líquida do Estado em 30 de abril está abaixo do limite. Pagamento da dívida pública, o Estado pagou até abril de 2011 R\$ 453 milhões, 33% a título de amortização da dívida e 66% a título de juros e encargos, havendo um acréscimo no pagamento da dívida, 15% a mais. Garantias e contragarantias, a LRF estabelece que o Estado pode ser garantidor de operações de empréstimos de outras entidades até 22% da sua receita corrente líquida. Nesse índice o Estado está bem abaixo do que poderia ser realizado. Comentou que o Estado foi garantidor da Casan nos anos de 1991 e 1996. Operações de crédito, contratação de empréstimo de longo prazo, a lei estabelece que o Estado pode contratar até 16% da receita corrente líquida, e está abaixo, foi realizada uma operação de R\$ 12 milhões em 2011 junto ao BID para questão de infraestrutura rodoviária, 0,10%. Com relação à aplicação em saúde, como o Secretário frisou, o cumprimento dos 12% deve ser observado no final do ano, e a título informativo falou que o Estado está abaixo 9,25%, aplicou R\$ 328 milhões no primeiro quadrimestre de 2011. Em relação à educação, tem que aplicar 25% da receita de impostos, aplicou 21,89%, um pouco mais em relação ao primeiro quadrimestre de 2010. Finalizando, disse que os números demonstram que o Estado está com as finanças em equilíbrio, está cumprindo com os limites da dívida pública, com limite com pessoal, e agradeceu a oportunidade de se manifestar. Após, o **Presidente, Deputado Gilmar Knaesel**, consultou os Parlamentares se gostariam de fazer algum questionamento ao Secretário ou ao Diretor. A **Deputada Estadual Angela Albino** pediu que fossem disponibilizadas cópias do material apresentado aos integrantes da Comissão para uma análise mais detalhada. Com relação aos dois últimos slides, discutiu que, embora o cumprimento dos limites constitucionais de saúde e educação só se observe no final do ano, há um acompanhamento quadrimestral que precisa ser feito até para que não sobrearregue no último quadrimestre os investimentos. Pontuou que nas anotações do Tribunal de Contas do ano passado o governo do Estado gastou 21,5% com educação, quando deveria gastar 25%, e na apresentação esse parâmetro se mantém, o que lhe chamou atenção porque é um parâmetro semelhante ao do exercício anterior do governo do Estado, e perguntou: a Secretaria dialoga com as secretarias afins no sentido de

ampliar os investimentos na área até que se complete o limite constitucional; e o governo tem discutido a necessidade de cumprir plenamente os limites constitucionais? O **Secretário Ubiratan Simões Rezende** respondeu que informam as secretarias setoriais, no caso educação e saúde, do nível de comprometimento do seu orçamento e da execução orçamentária, mas não compete à Secretaria interferir na dinâmica de execução daquele orçamento. Comentou que tiveram quatro meses de contenção, o que na execução orçamentária provocou certa distorção no comprometimento dos recursos, chamando atenção para esse ponto. O **Deputado Estadual Dirceu Dresch** observou que em 2009 e 2010, no primeiro semestre, foram investidos na saúde 10,49% e 11,81% respectivamente, e que os 12% não foram atingidos; e em 2011 os investimentos estão em 9,64%. Observou ainda que o investimento na educação ficou muito aquém dos 25%, está em 22,5%. Perguntou: qual a estratégia do governo para recompor esses valores no próximo período? Mencionou o anúncio do governo de que iria poupar R\$ 1 bilhão, mas a exposição do Secretário é a de que o governo poupou em torno de R\$ 900 milhões, e citou o item despesa orçamentária a pagar de R\$ 1,8 bilhão. E perguntou como o Estado tratará disso. Citou os créditos inscritos da dívida ativa, devedores em atraso, R\$ 6,3 bilhões; cobrança por dívida ativa, em torno de R\$ 18 milhões; e indagou se há dificuldades na cobrança dessas dívidas. O **Secretário Ubiratan Simões Rezende**, com relação ao nível de despesas e de investimentos e comprometimentos de recursos, informou que infelizmente não pode falar em nome das secretarias e disse ter certeza que os secretários das respectivas pastas irão alcançar as metas pretendidas. Com relação à "economia", falou que os nobres Deputados nunca ouviram de um secretário que o Estado iria economizar R\$ 1 bilhão, e sim que o Estado realizaria uma contenção de despesas, a fim de ter uma visão mais clara de como o Estado se movimentava, o que implicaria em torno de R\$ 1 bilhão de não execução nos primeiros quatro meses. Observou que é difícil falar de economia quando a disponibilidade que o Estado tem na área de custeio é pequena; pontuou que se faz economia na área de custeio, na área de pessoal jamais se faz economia. Deixou claro que o governo deixou de gastar, de executar cerca de R\$ 1 bilhão do orçamento nos primeiros quatro meses, por isso esse deságio na área da educação e da saúde. Avaliou que quando não se pisa no acelerador, algum tipo de economia se faz. Com relação à dívida, disse que é histórico, que o esforço fiscal da Secretaria tem sido significativo; do ano passado para cá buscaram 10% a mais do que o anterior, mas de fato é muito difícil e por razões estruturais disse que não iria se alongar. O **Deputado Estadual Aldo Schneider** desejou bom-dia a todos e, com referência ao que a imprensa divulgou amplamente, e pelo fato de que o governo noticia de forma alvissareira essa possível economia, haja vista que a capacidade do Estado é diminuta, perguntou: o que representa atualmente esses valores em termos de economia e qual a expectativa de crescimento da arrecadação? O **Secretário Ubiratan Simões Rezende** contou que tem sido rotulado de pessimista em relação ao cenário econômico, mas que seus prognósticos estão se confirmando. Falou que para o mês de julho, do orçamento aprovado para este ano, foi previsto um crescimento na arrecadação na faixa de 15%, mas foi de 12%. Disse que a decisão do Congresso Norte-Americano, do dia anterior, é benéfica ao Estado, porque empurra a decisão da crise internacional para o próximo ano e deve fazer com que a economia do País não sofra maiores impactos até as próximas eleições nos EUA no ano que vem. Salientou é preciso que a arrecadação cresça até dezembro numa média de 16%, caso contrário, terão que contingenciar ainda mais a execução orçamentária. Adiantou que estão projetando para o ano que vem, para o PPA, uma receita adicional na faixa dos 15%. O **Deputado Estadual Manoel Mota** disse que nos 29 anos de vida pública nunca viu tantos investimentos na educação. Indagou se isso comprometerá os investimentos nas obras físicas, nos prédios escolares, da mesma forma que nos investimentos da saúde. O **Secretário Ubiratan Simões Rezende** respondeu que estão buscando receitas adicionais para isso; estão buscando uma maneira através da SC Parcerias de se engajarem numa parceria com o setor privado, chamando as empresas catarinenses a uma resposta ao comprometimento social que deveriam ter com o Estado. Sublinhou que a política de benefícios fiscais é o principal instrumento da política social do Estado e que este ano farão uma renúncia fiscal de mais de R\$ 4 bilhões; caso não façam isso provocarão desempregos nos centros urbanos catarinenses porque a maioria das empresas não tem competitividade em nível global. Pontuou que estão buscando formas alternativas de interação com o setor privado para ter recursos e investir muito mais que os 12% na saúde e os 25% na educação. O **Deputado Estadual Aldo Schneider** perguntou, sobre recursos próprios: dentro dos 25% existe capacidade de investimento para recuperação de obras e ações nas escolas sem contar com a SC Parcerias? O **Deputado Estadual Manoel Mota** reforçou o questionamento do Deputado Aldo e o **Secretário Ubiratan**

**Simões Rezende** esclareceu que não há recursos suficientes, independente do crescimento da folha da Secretaria de Educação, para atender a demanda da infraestrutura da educação. Disse que toda vez que comprometem os recursos do Tesouro, comprometem a capacidade de investimento do Estado, porque no final das contas tudo é cobrança e pagamento. Teceu comentários sobre a pressão que existe em cima do aumento salarial e colocou que a estrutura de cargos e salários do Estado é incompatível com o nível de serviços que o Estado deveria prestar a sociedade. Destacou a necessidade de uma reflexão sobre a atual estrutura de cargos e salários para prover o Estado nas condições necessárias para que preste os serviços que a sociedade merece. O Estado continua a responder a pressão sem ter investimento para isso. O **Deputado Estadual Silvío Dreveck** saudou os presentes e elogiou o Secretário e sua equipe pela boa gestão dos recursos do Estado e a visão no que tange à questão financeira do Estado. Pediu esclarecimentos sobre o limite prudencial ditado pela LRF e perguntou se serão contabilizados os inativos nos percentuais devidos à educação e à saúde. O **Diretor Adriano de Souza Pereira** esclareceu sobre o limite prudencial e sobre a saúde disse que a partir de 2011 o gasto com inativo não é considerado; sobre a educação o Estado tem feito uma redução gradativa dos inativos de 5% ao ano, até zerar. O **Deputado Estadual Neodi Saretta** comentou a recente aprovação do projeto Revigorar na Casa e o aceite do governo de que os recursos fossem destinados para a saúde, e perguntou: como está sendo operacionalizado no âmbito da Secretaria da Fazenda, já que há necessidade de controle desses recursos que devem ser além dos 12%? O **Secretário Ubiratan Simões Rezende**, com relação ao Revigorar e a ideia de criar um fundo específico para importar recursos para a Secretaria da Saúde, disse que esse processo está em estudo, mas certamente os recursos irão para a saúde. O **Deputado Estadual Dirceu Dresch** pediu esclarecimentos sobre o R\$ 1,8 bilhão de restos a pagar. Disse que, do seu ponto de vista, os 20% destinados aos fundos faz com que a saúde e a educação percam muito em investimentos estratégicos e colocou em dúvida a efetividade desses fundos. Falou do seu entendimento de que o Estado deve discutir uma política estratégica e com critérios na área de isenção e renúncia fiscal. Sobre o aumento nos números de serviços de terceiros e alocação de mão-de-obra, falou que esses pontos lhe chamaram atenção e indagou se o Estado tem pensado algo sobre o aumento nas subvenções. Ainda comentou sobre os cortes de recursos na área da saúde, da segurança e dos aeroportos. O **Diretor Adriano de Souza Pereira** respondeu que os restos a pagar são as despesas do ano anterior, que ficaram para ser pagas neste ano, R\$ 300 milhões; desse valor até junho o Estado tem menos de R\$ 2 milhões a pagar. As despesas que estão no indicador são despesas deste ano que deverão ser cumpridas pela execução do ano 2011. O **Secretário Ubiratan Simões Rezende** esclareceu que quando o Estado faz corte orçamentário corta todo o orçamento, sem privilegiar setores; contingenciaram a execução orçamentária porque não tinham recursos suficientes para cumprir com o orçamento tal como tinha sido aprovado. Falou que a observação do Deputado é bem-vinda, e comentou que este ano uma parte do orçamento foi passada para a Secretaria da Fazenda, no intuito de que a mesma instituição que controla o caixa não fosse a mesma que teria condições de fazer um orçamento realista, não dissociado da expectativa de receita que o Estado tem. Frisou que esse é o esforço, para que no ano que vem se tenha um orçamento que não necessite ser contingenciado. Com relação aos fundos, disse que essa é uma área que não diz respeito à Secretaria da Fazenda, ficando sob a égide da Casa Civil. O que sabem é que uma parte significativa desses recursos vai para a saúde, mas não sabe a gama das ações que os fundos fazem; pontuou que como instrumentos são relevantes e a questão é pertinente: onde esses recursos estão sendo alocados. Previu que a discussão sobre a política de benefícios dos Estados vai terminar logo, porque o governo federal está preparado para uniformizar a alíquota do ICMS tanto nas operações externas como internas, medida que é plenamente favorável, desde que o governo federal se disponha a negociar com os Estados uma forma de compensar a perda de arrecadação que acontecerá. Falou que tem esperança de que o governo federal intervenha na questão das diferentes legislações que compõe o pacote de benefícios fiscais dos Estados, para que se tenha nivelamento de todos os Estados. Aproveitou o momento para dizer que tem enfatizado ao Governador e ao Secretário de Educação que privilegiem o ensino profissionalizante, porque o diferencial que o Estado pode oferecer é a qualidade, a formação da sua mão-de-obra, para aí sim ter uma política de benefícios que diminua drasticamente a renúncia fiscal e libere recursos para a área de serviços, que é o que a sociedade espera. O **Deputado Estadual Daniel Tozzo** saudou todos e parabenizou o Secretário pelo equilíbrio com que o Estado de Santa Catarina vem sendo administrado. Observou que foi contemplado em muitas falas e colocou, quanto aos aeroportos, a necessidade de o

governo federal e a Infraero assumirem esse setor. Falou da sua preocupação com a política do governo federal em relação ao setor agroindustrial e agrícola de Santa Catarina, no sentido de alavancar esse indispensável setor, seja no combate ao êxito rural, seja na produção de alimento. Falou ainda da sua preocupação com o aumento das importações no Brasil e a sua repercussão para Santa Catarina, Estado que é grande exportador de alimentos e que vem sendo prejudicado. Pontuou que Santa Catarina tem conhecimento suficiente para reivindicar junto ao governo federal e, perguntou: o governo federal está ao par desse conhecimento acumulado que Santa Catarina tem, de um setor que é vital e de extrema importância, não só para o Estado como para o País. O **Secretário Ubiratan Rezende** respondeu que sim, e não só através da bancada federal de Santa Catarina, mas de todos os partidos, também no Senado e através da Ministra Ideli. Acrescentou que as ideias e propostas conduzidas pelo Governador em nível federal são bem aceitas e que a Presidenta da República tem tido a maior boa vontade, assim como governo federal, de atender as reivindicações catarinenses; então existe sim essa disposição e essa abertura do governo federal. A **Deputada Angela Albino** analisou que, embora a imprensa divulgue que o discurso do governo era de uma economia de um bilhão, a resposta que o Secretário deu aos Deputados Aldo e Manoel Mota foi a de que o Estado acabou economizando quatrocentos milhões, e pediu a confirmação dessa informação. Mencionou o questionamento do Deputado Dirceu Dresch, dizendo que entendeu que se conteve a execução orçamentária de um bilhão, mais neste ano tem 1,8 bilhão para pagar, parecendo-lhe que não é uma execução, é só deixar de pagar a quem se deve. Sobre a política, disse que gostaria de ouvir a opinião do Secretário, falando que acredita na política de isenção como forma de o Estado realizar uma de suas funções de fomento do desenvolvimento econômico. Citou uma proposta que fez e o Secretário assinou quanto à política cambial atual, que é um dos pontos fracos do governo federal hoje e que atinge diretamente a economia catarinense, no estímulo de uma importação predatória no setor calçadista, moveleiro, cerâmico e têxtil. O governo federal fez um pacote que atingiu esses setores - importantes arranjos produtivos do Estado de Santa Catarina. Perguntou se há alguma avaliação do impacto disso na economia de Santa Catarina ao que o **Diretor Adriano Souza Pereira** disse que, como o Secretário já tinha frisado e o que o governo fez foi uma contenção de gastos para avaliar a situação do governo, um freio no gasto público. Não que dessa contenção resultaram sobras de caixa para fazer os investimentos; até porque a receita tributária, o ICMS tem grande vinculação, uma boa parte é carimbada para a educação, saúde, dívida pública. Por isso é difícil o Estado conseguir recurso para investimento; se ele não fugir dessa fonte de financiamento tributário, ICMS dos tributos, dificilmente vai sobrar recursos para investir, razão pela qual o Secretário frisou a questão de fazer parceria com empresas, de buscar alternativas que não seja a arrecadação tributária. O **Secretário Ubiratan Simões Rezende**, com relação às medidas tomadas pelo governo federal, disse que cada vez que se erguem barreiras protecionistas, como o governo federal ergueu agora, quem paga são os consumidores, porque os produtos ficarão mais caros, e a justificativa é de fato a função social; se preserva determinados setores que gera emprego. Esta é a justificativa! Como isso vai impactar Santa Catarina, falou que ainda não tem uma avaliação, porque essa medida foi tomada no dia anterior. Assim, preliminarmente, opinou que isso vai ter um impacto sim, mas não significativo. Colocou-se à disposição de todos para esclarecer esse ponto quando tiver essa visão mais clara. O **Deputado Manoel Motta** observou que o corte do governo federal é maior do que o corte do governo do Estado, o que possibilita uma avaliação até o fim do ano do quanto o Estado pode crescer ou não. Colocou que os exportadores vivem um momento bastante difícil, tanto que o Secretário levantou a questão de olhar alguns setores e estender a mão a eles, caso contrário, sem uma parceria, será um desemprego só, e quem perde com isso é o Estado e a população. Perguntou a porcentagem que está voltando da União, da Lei Kandir, daquilo que era o compromisso de 100% passados para os Estados, especificamente para Santa Catarina? O **Secretário Ubiratan Simões Rezende** respondeu que não é mais de 30%. E deixou claro que há sutilezas técnicas nessa questão da Lei Kandir. Comentou que até junho pela Lei Kandir a União pagou ao Estado a incrível e maravilhosa soma de R\$ 20 milhões. Diante da pergunta de quanto seria hoje o saldo devedor junto às empresas exportadoras, respondeu que é um valor enorme. Contou que tem uma expectativa muito grande e a União terá de acabar com essa área de benefícios, falando que, nessa esteira, poderão ser abertas e reabertas negociações, embora digam que não acreditam que qualquer acerto feito com a União vai ser igual à Lei Kandir; vai chegar um determinado momento em que você não vai receber mais nada, vai receber só uma fraçãozinha! E disse ter esperança que não seja assim, que isso possa ser corrigido. O **Deputado Dirceu Dresch** concordou com o posiciona-

mento do Secretário frente à política fiscal e destacou que devem pensar o incentivo fiscal não só da perspectiva da geração de emprego, mas também do desenvolvimento regional, construindo uma política atrativa de desenvolvimento regional. Adicionou aos setores, citados pelo Secretário, que precisam de incentivo do Estado, os microempresários; eles não conseguem competir com grandes empresários. Observou que são questões prementes e estimou que possam tratá-las no contexto de uma grande redefinição da política tributária do País. O **Presidente, Deputado Gilmar Knaesel**, fez três questionamentos. Primeiro, sobre o Fundeb, comentou que foi, sem dúvida, um dos grandes pontos de discussão na Assembleia nos grandes pontos da greve do magistério. Pediu que discorressem novamente sobre os 20% da receita bruta que são descontados antes do repasse aos Poderes, conforme apresentação feita, para, caso confirmassem, deixar claro esse ponto, devido à cobrança de inúmeros professores do Estado de que ainda há divisão no repasse aos Poderes na questão do Fundeb. Segundo, sobre a dívida ativa, disse que é outra situação que não se consegue controlar, comentando que há anos tentam buscar um pouco dessa dívida ativa, mas é incontrolável. Terceiro, sobre a transferência dos repasses da União, que representam apenas 8% do total da receita bruta, perguntou: comparando com outros Estados que tenham o mesmo perfil de Santa Catarina, esse percentual também é pequeno? No que diz respeito à Lei Kandir, disse que não foi só no atual governo federal mas também em outros governos que Santa Catarina, como Estado exportador, acabou sendo prejudicado com esse repasse, no qual o governo do Estado retira recursos do seu caixa para cumprir com empresas catarinenses, dinheiro tirado do investimento na área de educação e saúde. O **Diretor Adriano Souza Pereira** explicou o funcionamento do Fundeb: da arrecadação tributária, ICMS, IPVA, fundo de participação dos Estados, 20% o governo manda para o Fundeb; de igual forma os Municípios catarinenses mandam 20% da sua arrecadação - IPTU, ISS, FPM (Fundo de Participação dos Municípios) para compor o Fundeb. Isso faz o bolo do Estado de Santa Catarina, que é dividido de acordo com o número de alunos matriculados nas redes municipais e estaduais. Citou os números até abril deste ano, fruto da arrecadação de ICMS, IPVA e FPE: R\$ 670 milhões foi para o fundeb e retornou para a rede estadual R\$ 533 milhões, de acordo com o número de alunos matriculados na rede estadual. Essa diferença, R\$ 138 milhões a menos, foi para os Municípios catarinenses, de acordo com o número de alunos matriculados. Assinalou que o Estado de Santa Catarina em si não tem perda com isso; é uma diferença entre o governo do Estado e o Município, mas o ensino catarinense não tem perda. Quanto ao repasse aos Poderes, narrou que existe uma base de receita que é chamada receita líquida disponível; é uma base de cálculo estabelecida na LDO. Comentou que a partir de 2011 o recurso do Fundeb não entra na base de cálculo dos Poderes. Quanto ao FPE, em relação aos Estados do Sul, o que conhece é que é uma lei federal de 1989, que basicamente é uma parte do imposto de renda que a União arrecada e uma parte do IPI que é destinado aos Estados, só que essa distribuição não é igualitária. Listou: os Estados do Sul e Sudeste recebem 15% desse bolo; Norte e Nordeste, 85%. Em relação à dívida ativa, falou que, de janeiro a abril do ano passado, foram arrecadados R\$ 2 milhões; em 2011, R\$ 12,3 milhões; então está começando a ter um movimento apesar de ainda ser muito tímido em relação ao saldo que se tem a receber. Adicionou que o saldo total é de R\$ 6 bilhões, mas teria que fazer um trabalho em cima desse crédito para ver o quanto são recebíveis, a quantidade de empresas falidas e tudo mais. O **Secretário Ubiratan Rezende** pontuou que se deve ter cuidado, porque desses R\$ 6 bilhões praticamente R\$ 5 bilhões não tem como receber, porque é dívida podre; do R\$ 1 bilhão que tem a receber, cerca de 30% é, de fato, recebível, os outros seriam ainda problemáticos. O **Presidente Gilmar Knaesel**, discorreu do posicionamento do Secretário em relação à reforma tributária, dizendo que, lamentavelmente, esperavam que o governo federal tomasse iniciativa, mas a reforma tributária terá que partir dos Estados e Municípios, invertendo essa cadeia, porque estão sendo penalizados. Lembrou de quando entrou na fiscalização em 1984, e se falava que a economia informal no Estado e a sonegação eram meio a meio, de cada imposto arrecadado um era sonegado ou vivia na economia informal. Com o tempo, com o aperfeiçoamento da máquina às novas políticas implementadas, principalmente saindo do processo meramente punitivo, com uma fiscalização preventiva de acompanhamento e as novas formas de incentivo à economia, disse que a Secretária da Fazenda nos últimos anos, não só no atual governo, fez com que houvesse uma diminuição muito grande; avaliou que hoje com os mecanismos de acompanhamento e fiscalização a sonegação fiscal e a economia informal diminuíram muito no Estado. Disse que a reforma tributária é necessária, mas desde que tenha uma visão dos Estados primeiramente, salientando o benefício da competitividade entre os Estados. Externou seu temor, caso o governo federal resolva fazer a reforma tributária, porque 92% da arrecadação de Santa Catarina é arrecadação própria, de ICMS, IPVA, enfim de outras taxas e serviços, então o Estado

estará engessado mais ainda e aí sim corre o risco de cada vez mais ficar dependente da União e do governo federal. Comentou que participou recentemente em Brasília do lançamento da Reforma Tributária numa nova tentativa por parte do Senado e da Câmara dos Deputados, que está caminhando lentamente; mas todas as discussões foram no sentido de esperar o que o governo federal e o Executivo desejam. Informou que a Assembleia, através da Escola do Legislativo e da Comissão de Finanças, abrirá um debate no mês de setembro, ou outubro, com um grande fórum sobre a reforma tributária, antecipando o convite ao Secretário para ser um dos palestrantes. Ainda colocou a questão do orçamento de 2012, dizendo que todos os Deputados da Comissão ficarão animados com a possibilidade do orçamento ser impositivo, que entendem que o orçamento seja cumprido e não seja fictício. Discorreu que o orçamento regionalizado é o momento em que os Deputados abrem mão das suas emendas individuais para um conjunto de emendas propostas em audiências públicas em todo o Estado, percorrendo as regiões a fim de buscar atender os anseios do povo catarinense. Estimou que tivesse um entendimento entre o Poder Executivo e a Alesc para que possam trabalhar juntos no orçamento, caso contrário, trabalharão numa expectativa que não vai se realizar. Ato contínuo, relatou o PL.º/0266.3/2011, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis, para a instalação de uma unidade de educação infantil, tendo como emenda a estipulação de um prazo de seis meses para a Prefeitura de Florianópolis fazer as benfeitorias necessárias para execução, ficando sujeito a ter que devolver o imóvel. Seu parecer foi favorável ao projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, com a devida emenda. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira, Chefe da Comissão de Finanças e Tributação, lavei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, 4 de agosto de 2011.

**Deputado GILMAR KNAESEL**  
**Presidente da Comissão de Finanças e Tributação**

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATOS

#### EXTRATO Nº 156/2011

REFERENTE: 06º Termo Aditivo de 17/08/2011, referente ao Contrato CL nº 017/2006, celebrado em 16/07/2008.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: São Vicente Empreendimentos Imobiliários Ltda.

OBJETO: Pelo presente instrumento as partes consideram "apostilado" o reajuste contratual previsto no termo original, reconhecendo o incremento de 8,35% (oito vírgula trinta e cinco por cento) correspondente à variação do IGPM (FGV) apurado no período de 1º agosto de 2010 a 31 de julho de 2011, com eficácia a partir da

competência de 1º de agosto de 2011, inclusive, passando o valor mensal do contrato de R\$ 10.077,65 (dez mil setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) para R\$ 10.919,23 (dez mil novecentos e dezoito reais e vinte e três centavos) e, o valor anual para R\$ 131.030,76 (cento e trinta e um mil trinta reais e seis centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 3º da Lei nº 10.192/2001; Art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93; Cláusula Terceira, Item 3.3 do Contrato original e; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 26 de agosto de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Walter Francisco da Silva- Sócio Administrador

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO Nº 157/2011

REFERENTE: Contrato CL nº 051/2011, celebrado em 22/08/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A- Embratel

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de operacionalização e transmissão permanente, 24 horas, de sinal digital de vídeo e áudio associado com o fornecimento do segmento espacial via satélite para TVAL (up link completo), capaz de atender tecnicamente todos os municípios de Santa Catarina onde houver operadora de TV a cabo, com disponibilização de equipamentos e assistência técnica

VALOR GLOBAL: R\$ 399.000,00

VALOR MENSAL (para 12 meses): R\$ 33.350,00

VIGENCIA: 01/09/2011 a 31/12/2011

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93; Lei 10.520/02; Pregão Presencial nº 012/2011; Autorização para Processo Licitatório nº 0027/2011- LIC, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Florianópolis, 29 de agosto de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC

Francisco Reginaldo Prezoto- Procurador

Maurício da Cruz Pinto Corrêa- Procurador

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO 158/2011

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 009/2011 oriunda do Pregão Presencial CL nº 024/2011.

OBJETO: Aquisição de uniformes para os servidores da ALESC

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (23 de agosto de 2011).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93 da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº 3.931/2001 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão CL nº 024/2011.

ITEM					
Item	Qtd	Descrição do Objeto	Marca	Valor unitário	Valor Total (R\$)
1	163	BLAZER FEMINIO LISO poli two way, (liso) marca tecido: focus. Composição: 100% Poliéster, Peso: 360 g/m. Forro: Failete, composição: 100% poliéster. Botão: Madrepérola, Composição: 100% acrílico Tamanho: 32mm, Linha interna e externa: 100% poliéster. Blazer manga longa forrado com bolso "paletó". Modelo com 2 ou 3 botões, bolso na lateral, com ou sem lapela.	Fashion Vip focus	R\$ 110,00	R\$ 17.930,00
2	89	BLAZER FEMINIO RISCA DE GIZ poli two way, (risca de giz) marca tecido: focus. Composição: 100% Poliéster, Peso: 360 g/m. Forro: Failete, composição: 100% poliéster. Botão: Madrepérola, Composição: 100% acrílico Tamanho: 32mm, Linha interna e externa: 100% poliéster. Blazer manga longa forrado com bolso "paletó". Modelo com 2 ou 3 botões, bolso na lateral, com ou sem lapela.	Fashion Vip focus	R\$ 125,00	R\$11.125,00
3	54	BLAZER FEMININO COM BRASÃO BORDADO poli two way, (liso)BRASÃO BORDADO marca tecido: focus. Composição: 100% Poliéster, Peso: 360 g/m. Forro: Failete, composição: 100% poliéster. Botão: Madrepérola, Composição: 100% acrílico Tamanho: 32mm, Linha interna e externa: 100% poliéster. Blazer manga curta "paletó". Modelo com 2 ou 3 botões, bolso na lateral, com ou sem lapela.	Fashion Vip focus	R\$ 114,00	R\$ 6.156,00
4	46	BLAZER FEMININO MANGA CURTA poli two way, (liso) marca tecido: focus. Composição: 100% Poliéster, Peso: 360 g/m. Forro: Failete, composição: 100% poliéster. Botão: Madrepérola, Composição: 100% acrílico Tamanho: 32mm, Linha interna e externa: 100% poliéster. Blazer manga curta "paletó". Modelo com 2 ou 3 botões, bolso na lateral, com ou sem lapela.	Fashion Vip focus	R\$ 69,00	R\$ 3.174,00
5	175	CALÇA SOCIAL FEMININA LISA: poli two way, (liso) marca tecido: focus. Composição: 100% Poliéster, Peso: 360 g/m. Botão: Madrepérola, Composição: 100% acrílico. Tamanho: 32mm, Linha interna e externa: 100% poliéster.	Fashion Vip focus	R\$ 49,00	R\$ 8.575,00
6	89	CALÇA SOCIAL FEMININA RISCA DE GIZ: poli two way, (risca de giz) marca tecido: focus. Composição: 100% Poliéster, Peso: 360 g/m. Botão: Madrepérola, Composição: 100% acrílico. Tamanho: 32mm, Linha interna e externa: 100% poliéster.	Fashion Vip focus	R\$ 52,00	R\$ 4.628,00



7	62	CAMISETE FEMININA MANGA CURTA: tricoline com stretch, marca do tecido: selene. Composição 67% poliéster, 285% algodão, 5% lycra, peso: 161 g/g. Botão: madrepérola, composição 1005 acrílico: 18 mm. Linha interna e externa: 100% poliéster. Com zíper, com duas faixas de 3 cm.	Fashion Vip selene	R\$ 41,00	R\$ 2.542,00
8	50	CAMISETE FEMININA MANGA CURTA- MODELO YES: tricoline com stretch, marca do tecido: selene. Composição 67% poliéster, 285% algodão, 5% lycra, peso: 161 g/g. Botão: madrepérola, composição 1005 acrílico: 18 mm. Linha interna e externa: 100% poliéster. Com zíper, com duas faixas de 3 cm. Modelo 35	Fashion Vip selene	R\$ 43,00	R\$ 2.150,00
9	280	CAMISETE FEMININA MANGA LONGA: tricoline com stretch, marca do tecido: selene. Composição 67% poliéster, 285% algodão, 5% lycra, peso: 161 g/g. Botão: madrepérola, composição 1005 acrílico: 18 mm. Linha interna e externa: 100% poliéster. Com botões e punho largo.	Fashion Vip selene	R\$ 41,00	R\$ 11.480,00
10	54	CAMISETE FEMININA MANGA LONGA COM BABADOS: tricoline com stretch, marca do tecido: selene. Composição 67% poliéster, 285% algodão, 5% lycra, peso: 161 g/g. Botão: madrepérola, composição 1005 acrílico: 18 mm. Linha interna e externa: 100% poliéster. Com botões e punho largo.	Fashion Vip selene	R\$ 49,00	R\$ 2.646,00
11	24	CAMISETE FEMININA MEIA MANGA: tricoline com stretch, marca do tecido: selene. Composição 67% poliéster, 285% algodão, 5% lycra, peso: 161 g/g. Botão: madrepérola, composição 1005 acrílico: 18 mm. Linha interna e externa: 100% poliéster.	Fashion Vip selene	R\$ 41,00	R\$ 984,00
12	31	CASACO FEMININO DE LÃ 7/8 cor preta, 7/8 - 100% Poliéster, Peso: 366 g/, Largura: 1,48	Fashion Vip focus	R\$ 155,00	R\$ 4.805,00
13	31	COLETE FEMININO LISO: poli two way, (liso) marca tecido: focus. Composição: 100% Poliéster, Peso: 360 g/m. Forro: Failete, composição: 100% poliéster. Botão: Madrepérola, Composição: 100% acrílico Tamanho: 32mm, Linha interna e externa: 100% poliéster.	Fashion Vip focus	R\$ 47,00	R\$ 1.457,00
14	31	COLETE FEMININO RISCA DE GIZ: poli two way, (risca de giz) marca tecido: focus. Composição: 100% Poliéster, Peso: 360 g/m. Forro: Failete, composição: 100% poliéster. Botão: Madrepérola, Composição: 100% acrílico Tamanho: 32mm, Linha interna e externa: 100% poliéster.	Fashion Vip focus	R\$ 50,00	R\$ 1.550,00
15	35	GUARDA PO BRANCO EM MICROFIBRA: microfibras de manga longa, com a logo ALESC bordada no bolso.	Fashion Vip focus	R\$ 44,00	R\$ 1.540,00
16	18	SAIA LISA- POLI TWO WAY: poli two way, (liso) marca tecido: focus. Composição: 100% Poliéster, Peso: 360 g/m. Forro: Failete, composição: 100% poliéster. Botão: Madrepérola, Composição: 100% acrílico Tamanho: 32mm, Linha interna e externa: 100% poliéster. Blazer manga forrada com bolso "paletó". Modelo com 2 ou 3 botões, bolso na lateral, com ou sem lapela	Fashion Vip focus	R\$ 39,00	R\$ 702,00
17	54	CALÇA SOCIAL MASCULINA LISA: microfibras italiana / Composição 100% poliéster / Peso: 273 g/m / Largura: aproximadamente 150 cm.	Fashion Vip Focus	R\$ 53,00	R\$ 2.862,00
18	53	CALÇA SOCIAL MASCULINA RISCA DE GIZ microfibras italiana / Composição 100% poliéster / Peso: 273 g/m / Largura: aproximadamente 150 cm.	Fashion Vip focus	R\$ 57,00	R\$ 3.021,00
19	123	CAMISA SOCIAL MANGA LONGA MASCULINA: algodão/poliéster, marca de tecido: selene.	Fashion Vip selene	R\$ 45,00	R\$ 5.535,00
20	40	CAMISA SOCIAL MANGA CURTA MASCULINA: algodão/poliéster, marca de tecido: selene.	Fashion Vip selene	R\$ 43,00	R\$ 1.720,00
21	83	GRAVATA 100% polyester do laço do fecho de corr	Fashion Vip	R\$ 17,00	R\$ 1.411,00
22	30	JALECO EM BRIM marca do tecido santanense, com a logo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	Fashion Vip Santanense	R\$ 39,00	R\$ 1.170,00
23	70	PALETÓ MASCULINO LISO microfibras italiana / Composição 100% poliéster / Peso: 273 g/m / Largura: aproximadamente 150 cm. Blazer forrado manga longa com bolso no paletó.	Fashion Vip focus	R\$ 115,00	R\$ 8.050,00
24	53	PALETÓ MASCULINO RISCA DE GIZ microfibras italiana (risca de giz) / Composição 100% poliéster / Peso: 273 g/m / Largura: aproximadamente 150 cm. Blazer forrado manga longa com bolso no paletó.	Fashion Vip focus	R\$ 130,00	R\$ 6.890,00
25	36	PALETÓ MASCULINO COM BRASÃO BORDADO (liso) microfibras italiana / Composição 100% poliéster / Peso: 273 g/m / Largura: aproximadamente 150 cm. Blazer forrado manga longa com bolso no paletó. <u>COM BRASÃO BORDADO</u>	Fashion Vip focus	R\$ 120,00	R\$ 4.320,00
<b>TOTAL GERAL DO LOTE</b>					R\$ 116.423,00

1ª REGISTRADA: Alice Ibagy Comércio e Representações Ltda.  
Endereço: Rua Emerson Ferrari, nº 28, Loja 16, São José/SC  
CEP 88102-060

Fone/fax (48) 3259-7401 / 3035-7400

E-mail contato@fashionvip.com.br

CNPJ/MF n.º 02.860.738/0001-54

2ª REGISTRADA: A B I Comércio de Confecções Ltda-Me  
Florianópolis, 23 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO Nº 159/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 0572011, celebrado em 22/08/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: CJS Transportes e Mudanças Ltda.

OBJETO: Locação de galpão de alvenaria para armazenamento de equipamentos da ALESC, com metragem de 450m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), onde parte do mezanino é dividida com a própria empresa locadora, de acordo com as condições constantes deste contrato e da proposta da Contratada.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.900,00

VALOR MENSAL: R\$ 3.950,00  
 VIGENCIA: 16/08/2011 a 15/10/2011  
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Autorização para Processo de Compra Direta n.º 01144/2011; Processo nº 00983/2011.  
 Florianópolis, 29 de agosto de 2011.  
 Deputado Gelson Merisio - ALESC  
 Cleber J. Signori- Sócio Administrador

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 2614, de 30 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

#### RESOLVE:

**LOTAR** na Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Pessoal **MARIA GORETT GONÇALVES**, servidora do Poder Executivo - DEINFRA, colocada à disposição na Assembléia Legislativa, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2615, de 30 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** a servidora **VANIA ELIBET SAMUEL DE TOLEDO**, matrícula nº 0647, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção de Atendimento On-Line, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ODICEIA HENRIQUE NASCIMENTO MOURA, que se encontra em Licença-Prêmio por 60 (sessenta) dias, a contar de 24 de agosto de 2011 (DTI- Coordenadoria de Informações).

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2616, de 30 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **DANIEL BIANCHINI LEITE ESTEVES**, matrícula nº 6217, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Edison Andriano).

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2617, de 30 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JOHN MARTINS VIANNA**, matrícula nº 5640, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Edison Andriano).

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2618, de 30 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JOHN MARTINS VIANNA**, matrícula nº 5640, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Edison Andriano).

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2619, de 30 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR A PEDIDO** a servidora **ANA REGINA ZILLI SEEMANN**, matrícula nº 5204, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2620, de 30 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR A PEDIDO** a servidora **BARBARA ZILLI WAGNER MATOS**, matrícula nº 5628, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2621, de 30 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JOÃO RAMPON**, matrícula nº 6254, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2622, de 30 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ROGERIO BATISTA RIBEIRO**, matrícula nº 3675, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2623, de 30 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **EVANDRO CARLOS DOS SANTOS**, matrícula nº 3748, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2624, de 30 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **MAURO CESAR BASILIO**, matrícula nº 2280, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-50, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Liderança do DEM).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2625, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ALEXANDRE FILOMENO FONTES**, matrícula nº 6191, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Silvio Dreveck).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2626, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR DENILSON MACHADO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Neodi Saretta).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2627, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **EDUARDO GUEDES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2131, na DCS - Coordenadoria de Imprensa.  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2628, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** o servidor **PAULO ROBERTO MONAUAR**, matrícula nº 5664, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Assessor Especial, código PL/DAS-7, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, CLETO ROBERTO CARDIAS, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 01 de setembro de 2011 (MD - Gabinete da Presidência).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2629, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARIANA BARCELOS BASILIO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-26, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do DEM).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2630, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ALEXANDRE FILOMENO FONTES FILHO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Silvio Dreveck).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2631, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR RICARDO ZENFE**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2632, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ROGES WILLIAMS DEBORTOLLI FIAMETTI**, matrícula nº 6798, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Moacir Sopelsa).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2633, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **VOLSIU WALTRICK**, matrícula nº 5503, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Elizeu Mattos).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2634, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **VANESSA DA SILVA SALDIAS PALACIOS DE SOUZA**, matrícula nº 6777, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-12, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Kennedy Nunes).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2635, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **DORIAN ALEXANDRO CAMPOS**, matrícula nº 6369, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Elizeu Mattos).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2636, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **EDSON LUIZ MARTENDAL**, matrícula nº 5918, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Elizeu Mattos).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2637, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **LINDAMIR RIBEIRO**, matrícula nº 6084, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Elizeu Mattos).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2638, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ADRIANO RODRIGUES**, matrícula nº 6874, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (DL - CC - Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2639, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **EUCLIDES MANGONI**, matrícula nº 5482, do cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (MD - 2ª Secretaria).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2640, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR EUCLIDES MANGONI**, matrícula nº 5482, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 01 de setembro de 2011 (DL - CC - Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2641, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0675	Margaret Bittencourt	15	17/08/11	1352/11
1485	Romário da Silva	30	20/08/11	1354/11
1353	Walma Correa Santa Rita	60	23/08/11	1355/11
1159	Joyce Maria Ramos Bastos	15	23/08/11	1356/11

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2642, de 30 de agosto de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1842	Beatriz Campos Elias Acorsi	45	19/08/11	1353/11

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÕES FINAIS**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 118/2011**

Declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul, com sede no Município de Rio do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 165/2011**

Declara de utilidade pública o Comitê para a Democratização da Informática de Santa Catarina - CDI-SC, no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Comitê para a Democratização da Informática de Santa Catarina - CDI-SC, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2011  
Deputado Romildo Titon  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 202/2011**

Declara de utilidade pública a Associação Empresarial de Santa Helena e Tunápolis - AEST, com sede no Município de Tunápolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Empresarial de Santa Helena e Tunápolis - AEST, com sede no Município de Tunápolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 246/2011**

Declara de utilidade pública a ONG Pró Dignidade Humana, Solidariedade e Defesa do Meio Ambiente - DIGNHUS, no Município de Palhoça.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ONG Pró Dignidade Humana, Solidariedade e Defesa do Meio Ambiente - DIGNHUS, com sede no Município de Palhoça.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 264/2011**

Declara de utilidade pública o Projeto Ação Renovar, de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Projeto Ação Renovar - P.A.R, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 279/2011**

Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social e Idosos de São José - ASAPREV.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social e Idosos de São José - ASAPREV, com sede no Município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 288/2011**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Bom Jesus.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Bom Jesus o imóvel com área de 3.558,48 m<sup>2</sup> (três mil, quinhentos e cinquenta e oito metros e quarenta e oito decímetros quadrados), com benfeitorias, onde se encontra instalado o Ginásio de Esportes Cláudio Fernandes de Souza, matriculado sob o nº 19.608 no Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê e cadastrado sob o nº 02751 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a realização de atividades esportivas.

Art. 3º O Município deverá promover a reforma e manutenção do ginásio e permitir a sua utilização por alunos da EEB Hélio Lentz Puerta.

Art. 4º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

- I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;
- II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e
- III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 5º A reversão de que trata o art. 4º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Xanxerê.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 290/2011**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Braço do Trombudo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Braço do Trombudo o imóvel com área de 601,69 m<sup>2</sup> (seiscentos e um metros e sessenta e nove decímetros quadrados), com benfeitoria, onde se encontra instalada uma unidade sanitária, matriculado sob o nº 7.313 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Trombudo Central e cadastrado sob o nº 02423 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo permitir novos investimentos, necessários e indispensáveis na área da saúde, por parte do Município de Braço do Trombudo.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

- I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;
- II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º Esta doação fica dispensada da realização de processo licitatório com base no art. 17, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 314/2011

Altera a Lei nº 7.689, de 1989, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Hospital Guarujá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.689, de 14 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Hospitalar Guarujá, de Guarujá do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Hospitalar Guarujá, com sede no Município de Guarujá do Sul.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 023/2011

Altera o Anexo II, da Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O Anexo II da Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006, alterado pela Lei Complementar nº 480, de 04 de janeiro de 2010, passa a vigorar conforme redação do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

#### ANEXO ÚNICO

"Anexo II

(Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006)

#### FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO QUADRO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADES	TOTAIS	ÍNDICES
FC-10	Reitor	1	1	19,142
FC-09	Vice-Reitor	1	1	17,401
FC-08	Pró-Reitor	5	17	15,649
	Diretor Geral de Centro	12		
FC-07	Diretor de Centro	48	49	9,781
	Procurador Jurídico	1		
FC-06	Chefe de Gabinete do Reitor	1	1	7,523
FC-05	Chefe de Departamento	60		
	Coordenador de Curso <i>stricto sensu</i>	30	92	5,786
	Secretário dos Conselhos Superiores	1		
	Coordenador de Vestibular	1		
FC-04	Secretário de Assuntos Internacionais	1		
	Secretário de Comunicação	1	29	4,452
	Secretário de Controle Interno	1		
	Secretário de Tecnologia de Informação e Comunicação	1		
	Coordenador de Órgão Suplementar Superior	5		
	Coordenador de Pró-Reitoria	20		
FC-03	Sub-Procurador Jurídico	11		
	Coordenador de Apoio Administrativo/Acadêmico	140	151	2,783
FC-02	Chefe de Serviço	43	43	2,140
FC-01	Assistente de Gabinete	14	14	1,646
	TOTAL	398	398	

" (NR)

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 033/2011

Fixa o valor referencial de vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O valor referencial de vencimento a que se refere o art. 10 da Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006, é fixado em R\$ 250,11 (duzentos e cinquenta reais e onze centavos), a contar de 07 de abril de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta da dotação orçamentária própria do orçamento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 006, DE 2009

Dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembleia Legislativa, do Subprograma Estágio Visita, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Assembleia Legislativa, o Subprograma Estágio Visita, que visa aproximar a comunidade acadêmica de ensino superior ao Parlamento e tornar conhecidas e acessíveis aos estudantes as funções, atribuições e atividades desenvolvidas pelo Parlamento Estadual.

Parágrafo único. O Subprograma Estágio Visita está inserido no Programa Conhecendo o Parlamento - Projeto A Universidade e o Legislativo, conforme Resolução nº 0008/2005 e Resolução nº 013/2007, e terá a coordenação da Escola do Legislativo.

Art. 2º O período de cada Estágio Visita será de, no máximo, cinco dias com, no mínimo, duas realizações por ano.

Art. 3º O Estágio Visita será realizado nas dependências relativas à área legislativa e obedecerá à supervisão do Presidente da Escola do Legislativo.

Art. 4º Caberá à Escola do Legislativo determinar e executar as atividades respectivas, que compreenderão, entre outras, a realização de palestras, conferências ou seminários sobre a política, o Poder Legislativo e, em particular, sobre a Assembleia Legislativa e seu funcionamento.

Art. 5º Ao estagiário que cumprir frequência integral será concedido certificado de participação emitido pela Escola do Legislativo.

Art. 6º Cada Deputado poderá indicar, a cada edição do Estágio Visita, dois estudantes, com antecedência mínima de trinta dias da data do início do respectivo período.

Art. 7º Nas indicações deverá ser observado:

I - só poderão ser indicados estudantes que:

a) ainda não tenham participado do Estágio;  
b) estiveram cursando os dois últimos anos do curso de qualquer área, em nível de graduação; e  
c) forem matriculados em estabelecimento de ensino superior situado no Estado de Santa Catarina; e

II - cada indicação deverá ser feita mediante documento assinado por Deputado, anexando o histórico escolar atualizado do candidato, fornecido pelo estabelecimento de ensino superior em que estiver matriculado.

Art. 8º Feitas as indicações, com a observância obrigatória do disposto nos arts. 6º e 7º, o Presidente da Assembleia Legislativa formalizará os convites que, com instruções pormenorizadas sobre as condições do Estágio, serão encaminhados aos reitores ou diretores dos estabelecimentos de ensino superior.

Art. 9º A Assembleia Legislativa responsabilizar-se-á por custear as despesas com alimentação e hospedagem dos estudantes participantes, durante a realização do Estágio, que residirem fora do Município de Florianópolis.

Art. 10. As despesas oriundas desta Resolução correrão por conta do Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 006/11

Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 2008.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Altera o inciso XV do art. 27 da Seção II do Capítulo VII do Título I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, com redação dada pela Resolução nº 001, de 24 de fevereiro de 2011:

“Art. 27. ....

.....

XV - Comissão de Proteção Civil.”

Art. 2º Ficam alterados a Seção XV do Capítulo IV do Título III e o art. 85-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 2008, com redação dada pela Resolução nº 001, de 2011:

“Seção XV

Da Comissão de Proteção Civil

Art. 85 -A. São os seguintes os campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Proteção Civil:

I - fiscalizar as ações da Secretaria de Estado da Defesa Civil no que concerne a seus órgãos de defesa e proteção civil:

.....

II - debater e aprimorar programas de defesa e proteção permanente contra calamidades públicas e situações de emergência;

III - colaborar com a atuação de entidades privadas na defesa e proteção civil, particularmente os corpos de bombeiros voluntários ou comunitários, e o apoio técnico e financeiro prestado pelo Estado; e

IV - promover a organização e a realização de conferências, seminários e debates a partir da divulgação do conhecimento dos desastres, criando nova mentalidade e uma cultura de proteção dos desastres em Santa Catarina.”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA ADITIVA AO PRS./007.8/2011

Fica acrescido o inciso IV ao art. 85 - B de que trata o art. 2º do PRS./007.8/2011:

O Projeto de Resolução PRS./007.8/2011 passa ter a seguinte redação:

Art. 1º Acresce inciso IV ao art. 85 - B de que trata o art. 2º do PRS./007.8/2011

**“IV - a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e meios de transporte.”**

Sala das Sessões,

JUSTIFICATIVA

Objetiva a presente emenda aperfeiçoar a matéria com objetivo de ampliar o campo temático da mencionada Comissão, com objetivo de estabelecer melhores condições de mobilidade das pessoas portadoras de deficiência.

Dep. DIRCEU DRESCH

Lider da Bancada do PT

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 24/08/11

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 25/08/11

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 007/11

Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 2008.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica acrescido o inciso XVI ao art. 27 da Seção II do Capítulo VII do Título I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, com a seguinte redação:

“Art. 27.....

XVI - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.”

Art. 2º Ficam acrescidos a Seção XVI ao Capítulo IV do Título III, e o art. 85-B ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 2008, com a seguinte redação:

“Seção XVI

Da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Art. 85 -B. São os seguintes os campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I - programas de assistência à pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de assegurar:

a) respeito aos direitos humanos;  
b) tendo discernimento, ser ouvida sempre que esteja em causa o seu direito;

c) não ser submetida a intromissões arbitrárias e ilegais na vida privada, na família, no domicílio ou correspondência;

d) expressão livre de sua opinião sobre todas as questões, consoante a idade e maturidade; e

e) atendimento médico e psicológico imediato em caso de exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por efeito de entorpecentes e drogas;

II - política de atendimento à saúde das pessoas portadoras de deficiência, de modo a garantir a prevenção de doenças ou condições que favoreçam o seu surgimento, assegurando o direito à habilitação e à reabilitação com todos os recursos necessários;

III - assistência às pessoas portadoras de deficiências profundas em instituições em regime de internato ou semi-internato; e

IV - a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e meios de transporte.”

Art. 3º Ficam suprimidos os incisos XVI, XVII e XVIII do art. 76 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, Florianópolis, 25 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>RESOLUÇÕES</b>
-------------------

**RESOLUÇÃO Nº 006, de 30 de agosto de 2011**

Dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembleia Legislativa, do Subprograma Estágio Visita, e adota outras providências.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Assembleia Legislativa, o Subprograma Estágio Visita, que visa aproximar a comunidade acadêmica de ensino superior ao Parlamento e tornar conhecidas e acessíveis aos estudantes as funções, atribuições e atividades desenvolvidas pelo Parlamento Estadual.

Parágrafo único. O Subprograma Estágio Visita está inserido no Programa Conhecendo o Parlamento - Projeto A Universidade e o Legislativo, conforme Resolução nº 0008/2005 e Resolução nº 013/2007, e terá a coordenação da Escola do Legislativo.

Art. 2º O período de cada Estágio Visita será de, no máximo, cinco dias com, no mínimo, duas realizações por ano.

Art. 3º O Estágio Visita será realizado nas dependências relativas à área legislativa e obedecerá à supervisão do Presidente da Escola do Legislativo.

Art. 4º Caberá à Escola do Legislativo determinar e executar as atividades respectivas, que compreenderão, entre outras, a realização de palestras, conferências ou seminários sobre a política, o Poder Legislativo e, em particular, sobre a Assembleia Legislativa e seu funcionamento.

Art. 5º Ao estagiário que cumprir frequência integral será concedido certificado de participação emitido pela Escola do Legislativo.

Art. 6º Cada Deputado poderá indicar, a cada edição do Estágio Visita, dois estudantes, com antecedência mínima de trinta dias da data do início do respectivo período.

Art. 7º Nas indicações deverá ser observado:

I - só poderão ser indicados estudantes que:

a) ainda não tenham participado do Estágio;  
b) estiveram cursando os dois últimos anos do curso de qualquer área, em nível de graduação; e  
c) forem matriculados em estabelecimento de ensino superior situado no Estado de Santa Catarina; e

II - cada indicação deverá ser feita mediante documento assinado por Deputado, anexando o histórico escolar atualizado do candidato, fornecido pelo estabelecimento de ensino superior em que estiver matriculado.

Art. 8º Feitas as indicações, com a observância obrigatória do disposto nos arts. 6º e 7º, o Presidente da Assembleia Legislativa formalizará os convites que, com instruções pormenorizadas sobre as condições do Estágio, serão encaminhados aos reitores ou diretores dos estabelecimentos de ensino superior.

Art. 9º A Assembleia Legislativa responsabilizar-se-á por custear as despesas com alimentação e hospedagem dos estudantes participantes, durante a realização do Estágio, que residirem fora do Município de Florianópolis.

Art. 10. As despesas oriundas desta Resolução correrão por conta do Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 30 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 007, de 30 de agosto de 2011**

Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 2008.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Altera o inciso XV do art. 27 da Seção II do Capítulo VII do Título I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, com redação dada pela Resolução nº 001, de 24 de fevereiro de 2011:

"Art. 27. ....

.....  
XV - Comissão de Proteção Civil."

Art. 2º Ficam alterados a Seção XV do Capítulo IV do Título III e o art. 85-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 2008, com redação dada pela Resolução nº 001, de 2011:

"Seção XV

Da Comissão de Proteção Civil

Art. 85 -A. São os seguintes os campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Proteção Civil:

I - fiscalizar as ações da Secretaria de Estado da Defesa Civil no que concerne a seus órgãos de defesa e proteção civil:

.....  
II - debater e aprimorar programas de defesa e proteção permanente contra calamidades públicas e situações de emergência;

III - colaborar com a atuação de entidades privadas na defesa e proteção civil, particularmente os corpos de bombeiros voluntários ou comunitários, e o apoio técnico e financeiro prestado pelo Estado; e

IV - promover a organização e a realização de conferências, seminários e debates a partir da divulgação do conhecimento dos desastres, criando nova mentalidade e uma cultura de proteção dos desastres em Santa Catarina."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 30 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 008, de 30 de agosto de 2011**

Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 2008.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica acrescido o inciso XVI ao art. 27 da Seção II do Capítulo VII do Título I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, com a seguinte redação:

"Art. 27.....  
XVI - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência."

Art. 2º Ficam acrescidos a Seção XVI ao Capítulo IV do Título III, e o art. 85-B ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 2008, com a seguinte redação:

"Seção XVI

Da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Art. 85-B. São os seguintes os campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I - programas de assistência à pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de assegurar:

a) respeito aos direitos humanos;  
b) tendo discernimento, ser ouvida sempre que esteja em causa o seu direito;

c) não ser submetida a intromissões arbitrárias e ilegais na vida privada, na família, no domicílio ou correspondência;

d) expressão livre de sua opinião sobre todas as questões, consoante a idade e maturidade; e

e) atendimento médico e psicológico imediato em caso de exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por efeito de entorpecentes e drogas;

II - política de atendimento à saúde das pessoas portadoras de deficiência, de modo a garantir a prevenção de doenças ou condições que favoreçam o seu surgimento, assegurando o direito à habilitação e à reabilitação com todos os recursos necessários;

III - assistência às pessoas portadoras de deficiências profundas em instituições em regime de internato ou semi-internato; e

IV - a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e meios de transporte."

Art. 3º Ficam suprimidos os incisos XVI, XVII e XVIII do art. 76 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 30 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*